

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS e CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA

PEDRO IVAN MENEZES DE CARVALHO

**O Sistema Nacional de Unidades de Conservação e a implantação do
Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade dentro da
Floresta Nacional do Tapajós**

SÃO PAULO

2017

PEDRO IVAN MENEZES DE CARVALHO

**O Sistema Nacional de Unidades de Conservação e a implantação do
Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade dentro da
Floresta Nacional do Tapajós**

Trabalho de graduação individual apresentado ao
departamento de Geografia da Faculdade de Filosofia,
Letras e Ciências Humanas, como parte dos requisitos
para obtenção do título de bacharel em Geografia sob
orientação do Professor Rodrigo Ramos Hospodar
Felippe Valverde

SÃO PAULO

2017

Dedico este trabalho a minha mãe Maria Aparecida,
meu pai Pedro Menezes (*in memorian*)
E aos meus irmãos, André e Fábio

*...Ah, se nossos escritores e pintores das escolas modernas
soubessem o que estão perdendo por não conhecerem a Amazônia!...*

“Viagem ao Tapajós, 28 Julho de 1895 – 07 de Janeiro de 1896”,
COUDREAU, HENRI

Agradecimentos

À minha família pelo amor, respeito e apoio incondicional

Ao meu orientador o Professor Rodrigo Valverde, sempre extremamente solícito e assíduo comigo, suas contribuições me ajudaram a nortear e terminar este trabalho. Deixo meu eterno obrigado por sua compreensão e respeito

À Professora Fernanda Padovesi, por me apresentar a pesquisa acadêmica nos dois anos de projeto do “Ensinar com Pesquisa” na área de cartografia escolar do ensino médio

Aos professores do Departamento de Geografia que tornaram a graduação enriquecedora e prazerosa

Aos órgãos ICMBio, PSA, Federação e Coomflona que foram extremamente prestativos com está pesquisa. E a população da Flona Tapajós pelo acolhimento e carinho

À minha namorada pelo companheirismo, amizade e paciência

Aos meus amigos que na aula de História do Pensamento Geográfico sentavam no canto esquerdo da sala nove e foram alcunhados de “Varzeanos”

Resumo

CARVALHO, Pedro Ivan Menezes de. **O Sistema Nacional de Unidades de Conservação e a implantação do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade dentro da Floresta Nacional do Tapajós.** 2017. 74f. Trabalho de Graduação Individual (Bacharelado em Geografia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 2017

Este trabalho visa apresentar a Floresta Nacional do Tapajós, unidade de conservação localizada no oeste do Estado do Pará, região que se encontra dentro Amazônia Brasileira. Serão discutidas as relações entre a Floresta Nacional do Tapajós, o Sistema Nacional de Unidades de Conservação e o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade. Organizações públicas, privadas e não governamentais, além de moradores locais foram ouvidos para uma compreensão melhor da Floresta Nacional do Tapajós. Questões que envolvem a ciência geográfica como território, geopolítica e ações socioeconômicas serão debatidas no decorrer desta pesquisa.

Palavras-chave: Floresta Nacional do Tapajós; Unidades de Conservação; Amazônia; Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade

Abstract

CARVALHO, Pedro Ivan Menezes de. **The National System of Conservation Units and the implementation of the Chico Mendes Institute for Biodiversity Conservation within the Tapajós National Forest.** 2017. 74f. Trabalho de Graduação Individual (Bacharelado em Geografia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 2017

This paper aims to introduce the Tapajós National Forest, a conservation unit located in the western part of the State of Pará, a region of the Brazilian Amazon. The relations between the Tapajós National Forest, the National System of Conservation Units and the Chico Mendes Institute for Biodiversity Conservation will be examined. Public, private and non-governmental organizations, besides local residents were heard to create better insight into the Tapajós National Forest. Issues involving geographical science such as territory, geopolitics and socioeconomic actions will be discussed throughout this research.

Keywords: Tapajós National Forest; Conservation Units; Amazon; Chico Mendes Institute for Biodiversity Conservation

LISTA DE MAPAS

Mapa 1- Floresta Nacional do Tapajós.....	27
Mapa 2- Área do Município de Aveiro excluída da Floresta Nacional do Tapajós.....	41
Mapa 3- Área populacional de “São Jorge” excluída da Floresta Nacional do Tapajós.....	41

LISTA DE FIGURAS

Figura 1- Placa da Sede do ICMBio-Santarém.....	32
Figura 2- Sede da Coomflona.....	34
Figura 3- Sede do Projeto Saúde e Alegria.....	35
Figura 4- Ingresso entrada adquirido na base do Km 72.....	43
Figura 5- 2º Seminário de Pesquisa Científica da Floresta Nacional do Tapajós.....	46
Figura 6- Comunitário local expondo sua opinião na assembléia ordinária do conselho deliberativo em Piquiatuba.....	48
Figura 7- Pequeno toldo que servia como guarita, hoje é apenas um depósito de telhas.....	59
Figura 8- Casa que serve como alojamento e guarita para os guardas na entrada da Flona.....	59
Figura 9- Centro Comunitário de Piquiatuba.....	62
Figura 10- Reunião entre os Moradores do Chibé e o agente do ICMBio.....	64
Figura 11-A pequena igreja evangélica e ao fundo o barracão comunitário da vila do Chibé.....	65
Figura 12- Casas na Comunidade de Maguari.....	66
Figura 13- Couro vegetal secando.....	67
Figura 14 - Turista ao lado da “Vovó Samaúma”, a maior árvore conhecida da Flona Tapajós.....	68

LISTA DE TABELA E GRÁFICO

Tabela 1-Número de famílias e habitantes por comunidade na Floresta Nacional do Tapajós..... 30

Gráfico 1- Número de pesquisas autorizadas pelo Sisbio nas 20 unidades de conservação que mais recebem estudos..... 44

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

- AITA** - Associação Intercomunitária do Tapajós
- APRUSANTA** - Associação de Pequenos Produtores Rurais de São Jorge, Santa Clara e Nossa Senhora de Nazaré
- ASMIPRUT** - Associação Intercomunitária de Mini e Pequenos Produtores Rurais e Extrativistas da Margem Direita do Rio Tapajós
- ASNUTA** - Associação Intercomunitária Nova União do Tapajós
- Celpa** - Centrais Elétricas do Pará
- CPT** - Comissão Pastoral da Terra
- COOMFLONA** - Cooperativa Mista da Floresta Nacional do Tapajós
- EMATER** - Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural
- FCAP** - Faculdade de Ciências Agrárias do Pará
- Federação** - Federação das Organizações e Comunidades Tradicionais da Floresta Nacional do Tapajós
- FUPEF** - Fundação de Pesquisas Florestais
- EMBRAPA** - Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
- DRP** - Diagnóstico Rural Participativo
- Flona** - Floresta Nacional
- GDA** - Grupo de Defesa da Amazônia
- Ibama** - Instituto Brasileiro do meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
- IBDF** - Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal
- ICMBio** - Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade
- Incra** - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
- INPA** - Instituto Nacional de Pesquisas Amazônicas
- Iterpa** - Instituto de Terras do Pará
- MMA** - Ministério do Meio Ambiente
- ONG** - Organização Não-Governamental
- Pro Manejo** - Projeto de Apoio ao Manejo Sustentável Florestal na Amazônia
- PSA** - Programa Saúde e Alegria
- PL** - Proposta de Lei
- PT** - Partido dos Trabalhadores
- PTB** - Partido Trabalhista Brasileiro
- SFB** - Serviço Florestal Brasileiro
- Sisbio** - Sistema de Autorização e Informação em Biodiversidade
- SNUC** - Sistema Nacional de Unidade de Conservação
- STR/STM** - Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Santarém
- UC** - Unidade de Conservação
- UFPA** - Universidade Federal do Pará
- UFOPA** - Universidade do Oeste do Pará

SUMÁRIO

Introdução.....	14
Capítulo 1 Formulações e Definições.....	16
1.1 Objetivos.....	16
1.2 Metodologia / Operacionalização.....	16
1.3 Breve contexto da formulação do Sistema Nacional de Unidades de Conservação.....	17
1.4 Unidades de Conservação.....	18
1.5 Do Território às Leis Ambientais.....	20
Capítulo 2 Floresta Nacional do Tapajós.....	23
2.1 Histórico da formação da Floresta Nacional do Tapajós.....	23
2.2 Sua área de Proteção Ambiental	26
2.3 A importância da Floresta Nacional do Tapajós no contexto local e nacional.....	28
2.4 Comunidades.....	29
2.5 Os Agentes da Floresta Nacional do Tapajós.....	31
2.5.1 Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade.....	31
2.5.2 Federação das Organizações e Comunidades Tradicionais da Flona Tapajós.....	32
2.5.3 Cooperativa Mista da Floresta Nacional do Tapajós.....	33
2.5.4 Projeto Saúde e Alegria.....	35
Capítulo 3 O SNUC e a Floresta Nacional do Tapajós.....	37
3.1 O que diz o SNUC.....	37
3.2 As diretrizes do SNUC são cumpridas de modo adequado dentro da FlonaTapajós?.....	38
3.2.1 Segundo o SNUC artigo 17 § 1º:	38
3.2.2 Segundo o SNUC artigo 17 § 2º:	42
3.2.3 Segundo o SNUC artigo 17 § 3º:	43
3.2.4 Segundo o SNUCartigo 17 § 4º:	44
3.2.5 Segundo o SNUC artigo 17 § 5º:	46
3.2.6Segundo o SNUC artigo 17 § 6º:	49
Capítulo 4 A Floresta Nacional do Tapajós e o ICMBio.....	50
4.1 As principais modificações gestoras ocorridas com a transição do Ibama para o ICMBio na Floresta Nacional do Tapajós.....	51
4.1.1Visão dos Agentes sobre a administração da Flona Tapajós.....	51
4.1.2 Visão dos Moradores.....	56
4.1.3 Modificações Estruturais ocorridas entre as gestões do Ibama para o ICMBio na Floresta Nacional do Tapajós	58
4.1.3.1 Número de Funcionários e Estrutura Gerencial.....	58
4.1.3.2 Condição de Trabalho dos funcionários que atuam na sede e os funcionários terceirizados.....	58
4.1.3.3 Pesquisa Científica.....	60

4.1.3.4	Regularização Fundiária.....	60
4.1.3.5	Desmatamento.....	60
4.2	A vida dos comunitários e as suas relações sociais e econômicas com a Flona Tapajós...	61
4.2.1	Comunidade de Piquiatuba.....	61
4.2.2	Comunidade do Chibé.....	63
4.2.3	Comunidade de Maguari.....	65
Considerações Finais.....		69
Referências Bibliográficas.....		71

Introdução

O projeto dessa investigação visa elencar a tríade Floresta Nacional do Tapajós (Flona Tapajós), Sistema Nacional de Unidade de Conservação (SNUC) e Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), analisando seus contextos, suas adequações e suas modificações.

A presente pesquisa proposta tem como objeto a Floresta Nacional do Tapajós. No Brasil, as unidades de conservação são divididas pelas disposições do Sistema de Unidades de Conservação em duas categorias: áreas de proteção integral e áreas de uso sustentável, as Florestas Nacionais se encontram dentro do grupo das unidades de conservação de uso sustentável. Sendo que as principais diferenças entre essas duas categorias são que as unidades de conservação de proteção integral são vetadas ao uso e a exploração de seus recursos naturais e as unidades de conservação de uso sustentável possuem como objetivo central compatibilizar a conservação da natureza com o uso sustentável dos recursos, conciliando a presença humana nas áreas protegidas. Para as Florestas Nacionais suas resoluções são mais específicas, além de contar com essa diretriz das áreas de uso sustentável, as Florestas Nacionais são criadas tendo como intuito promover o manejo dos seus recursos, especialmente à produção madeireira.

O contexto amazônico, localidade onde se encontra a Flona Tapajós por si só possui sua relevância. Unidades de Conservação na região Amazônica historicamente possuem relações conflituosas entre o Estado, as leis e as populações locais. Não diferindo desse histórico, a Flona Tapajós ao longo de sua história atravessou períodos turbulentos nas relações de seus agentes.

Questões culturais, ambientais e sócio-econômicas sempre debatidos sobre a Amazônia são reavivados dentro da Flona Tapajós também tornando a unidade um microcosmo das dificuldades encontradas na região amazônica.

Reconhece-se a Amazônia, hoje em dia, como um espaço que apresenta a simultaneidade de interesses nacionais e locais, regionais e globais. Um espaço construído por populações diversas. Um espaço ao mesmo tempo causa e consequência dos paradoxos existentes em cada uma dessas escalas. As interpretações, necessariamente, transitam entre essas escalas (MELLO, 2006, p.23)

Propomos no estudo uma reflexão sobre os diversos pontos de vista dos atores que ajudaram a construir a pesquisa, diversas linhas de raciocínio dos mais distintos interesses

individuais e coletivos em relação à Flona Tapajós foram ouvidos. Para tanto, os focos foram direcionados na compreensão e entendimento da Flona Tapajós.

Portanto, no Capítulo 1 de nosso trabalho são apresentadas formulações sobre conceitos e definições referentes aos objetivos da pesquisa e a sua metodologia/operacionalização; em seguida são contextualizadas as definições de Sistema Nacional de Unidades de Conservação, Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade e Unidades de Conservação; e por último o conceito de Território é explicado e discutido juntamente com as leis ambientais.

No Capítulo 2 a Floresta Nacional do Tapajós é apresentada, através de um apanhado histórico sua trajetória é contada. Em seguida mostramos a sua geografia física com informações retiradas do Plano Diretor da Flona Tapajós de 2004. No subcapítulo em seguida discutimos a importância da Flona no contexto nacional e regional. E no término do capítulo apresentamos as comunidades da Flona e os principais agentes que se relacionam diretamente com a unidade.

O terceiro capítulo dissecava Sistema Nacional de Unidades Conservação, o capítulo propõe uma discussão pontual de cada diretriz do SNUC para uma Floresta Nacional, usando a Flona do Tapajós como exemplo levantamos cada parágrafo do SNUC e desconstruímos resolução por resolução usando exemplos reais e históricos da própria Flona Tapajós para uma melhor compreensão das leis colocadas pelo SNUC.

E por fim o Capítulo 4 apresenta a relação ICMBio - Flona Tapajós, através de inúmeras entrevistas com agentes independentes e com pessoas relacionadas ao ICMBio e a Flona Tapajós tentamos entender como é construída a relação entre as duas instituições e os prós e contras do ICMBio como órgão gestor da Flona do Tapajós. Nesse capítulo ainda relatamos a experiência vivida nas três comunidades da Flona Tapajós visitadas durante o trabalho de campo.

1. Capítulo 1 Formulações e Definições

1.1 Objetivos

Na pesquisa o apoio bibliográfico é engrenagem na qual nos baseamos toda a nossa investigação. No entanto, juntamente com os outros instrumentos de apoio chegamos a inerentes questionamentos onde nossos resultados foram respondidos através de leituras de cartas cartográficas, entrevistas, relatos e pelo próprio trabalho de campo realizado.

Os resultados obtidos baseiam-se nos três objetivos específicos tratados na proposta da pesquisa, são eles:

- *Discutir a cronologia das criações do SNUC e do ICMBio suas condicionantes e consequências no âmbito social e ambiental.*
- *Verificar se os objetivos científicos, socioeconômicos e ecológicos estipulados pelo SNUC para a FLONA são cumpridos na Floresta Nacional do Tapajós.*
- *Identificar as principais modificações gestoras ocorridas dentro da Floresta Nacional do Tapajós a partir da criação do ICMBio.*

1.2 Metodologia / Operacionalização

No primeiro momento da pesquisa levantamos uma série bibliográfica recorrente à temática proposta do estudo e consequentemente dentro do contexto geográfico, além de documentos oficiais federais como as diretrizes do Sistema Nacional de Unidades de Conservação e do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade. Nesse sentido, destacamos elementos próprios ao preservacionismo e, de modo mais específico, às florestas nacionais como categoria de proteção presente nos códigos jurídicos brasileiros. Ao fazê-lo, tomamos como referenciais para o desenvolvimento dessa pesquisa o olhar da Ciência Geográfica sobre as políticas ambientais brasileiras.

Posteriormente realizamos leituras de obras de relevância que ofereceram um auxílio na orientação do procedimento metodológico adotado neste trabalho, dentre essas obras lidas estão “Amazônia – Geopolítica na virada do III Milênio” e “Amazônia” ambas de Bertha Becker; “Políticas Territoriais na Amazônia” de Neli A. Melo; “O Mito Moderno da Natureza Intocada” de Carlos Diegues “Unidades de conservação: intenções e resultados” de Maria W.

Brito; e as dissertações de mestrado “Parque Nacional das Emas: gestão e degradação” de Luis Bittar Venturi e “Parque Nacional do Jaú, Unidade de Conservação e Patrimônio Natural Mundial na Amazônia Brasileira: A articulação de instrumentos permite melhor opção?” de Fabiana Cunha da Silva.

Concomitante a essa análise bibliográfica foram realizadas conversas (via e-mail) junto a representantes locais de instituições que protagonizam ações socioambientais dentro da Floresta Nacional do Tapajós.

Por intermédio desses diálogos, foi possível obter informações que, na maioria dos casos, não se encontram registradas na bibliografia científica.

Essas conversas também foram de extrema importância para o assessoramento do trabalho de campo realizado entre os dias 19 a 28 de Fevereiro de 2013 na Floresta Nacional do Tapajós nos municípios de Belterra e Santarém. E dentro do trabalho de campo novas entrevistas com outros atores da Flona foram feitas, além das observações e análises do local. De modo geral, dados primários valiosos foram coletados que corroboraram com a pesquisa.

1.3 Breve contexto da formulação do Sistema Nacional de Unidades de Conservação.

No intuito de padronizar a gestão das diferentes unidades de conservação, o Estado tem realizado esforços de sistematizações de suas ações. Desde o ano de 2000, o Brasil conta com o Sistema Nacional de Unidade de Conservação que estabelece uma série de diretrizes para a criação e manejo de áreas protegidas em todo o território nacional, criando um sistema com diversas categorias, que alternam de acordo com o grau de proteção da área, variando de unidades onde a visitação não é permitida até locais onde existem comunidades tradicionais vivendo dentro da unidade.

O SNUC estabelece para cada tipo de unidade de conservação determinadas regras técnicas, jurídicas e conceituais. Para cada definição existem normas que regem todos os limites de atividades de cada categoria. Cabe ao Estado, a criação e o manejo de unidades de conservação, o Brasil é o gestor dessas áreas, porém essa gestão, segundo o SNUC, deve ser realizada com a participação da sociedade civil.

Segundo Cabral e Souza (2002) a criação do SNUC surge na tentativa de unificação da política ambiental brasileira corrigindo assim as ambivalências e distorções. Em 1989 o governo federal sanciona a lei que criou o Ibama (Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis). No mesmo ano de sua criação, o Ibama começa a elaborar uma proposta de Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC), cujos objetivos eram os de sistematizar conceitos, metas e tipos de categorias dessas unidades de conservação.

Necessitou-se mais de 10 anos entre o início da elaboração do SNUC pelo Ibama, a abertura da discussão no Congresso Nacional em 1992, até a sanção da lei em 2000 por meio da lei nº9.985 que instituiu o SNUC. Foi nesse contexto que o SNUC se tornou o norteador das políticas de criação, implantação e gestão de unidades de conservação.

De 2000 até o ano de 2007, coube ao Ibama a funções de órgão executor responsável pela implementação do SNUC e “subsidiar as propostas de criação e administrar as unidades de conservação federais, estaduais e municipais, nas respectivas esferas de atuação” (Art.6 inciso III, da lei nº9.985). A partir de 2007, o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio) tornou-se a autarquia do Ministério do Meio Ambiente responsável pela administração das unidades de conservação, além de fomentar executar programas de pesquisa, proteção e conservação da biodiversidade. Deixando o IBAMA como órgão supletivo nas unidades de conservação.

1.4 Unidades de Conservação

Os conceitos de Unidades de Conservação seguidos no Brasil tem como origem países industrializados, sobretudo os Estados Unidos. O marco fundamental do surgimento e do estabelecimento de áreas naturais protegidas foi à criação do Parque Nacional de Yellowstone nos Estados Unidos em 1872 Brito (2003). Sendo o primeiro Parque Nacional oficialmente criado no mundo, Yellowstone teve sua origem a partir de idéias preservacionistas.

Para os preservacionistas , as áreas virgens deveriam receber proteção total, sendo permitido em seu interior apenas atividades de caráter educativo ou recreacional. Na percepção dos preservacionistas, havia uma dissociação intrínseca entre homem e natureza. Para eles, “natural” era aquilo que prescindia da presença ou atuação humana, e que permanecia tal como foi originalmente criado pela “ação divina”. (BRITO. 2003.p.21)

O Parque Nacional de Yosemite deve também ser reconhecido por sua importância no processo de surgimento das Unidades de Conservação. Sua criação veio a partir de um decreto de Abraham Lincoln que se uniu a movimentos de proteção à natureza da época que lutavam contra a crescente expansão industrial em 1864, porém sua criação veio com a tutela de “reserva”, sendo elevada ao posto de Parque Nacional somente em 1890.

Esse modelo preservacionista expandiu-se logo em seguida para o Canadá e países europeus, consolidando-se como um padrão mundial, principalmente a partir da década de mil novecentos e sessenta quando o número e a extensão das áreas protegidas ampliaram-se enormemente em todo o mundo. Hoje aceito no Brasil, e nos países em desenvolvimento esse exemplo adotado preservacionista de unidade de conservação é seguido como um dos principais elementos de estratégia para a conservação da natureza. Esse modelo tem como o objetivo de proteger a vida selvagem ameaçada pelo avanço da civilização urbano-industrial Arruda (1999).

No Brasil as primeiras unidades de conservação legalmente reconhecidas no país datam do final da década de mil novecentos e trinta, com as criações dos Parques Nacionais de Itatiaia (1937), Iguaçu (1939) e Serra dos Órgãos (1939). Um pouco antes da criação desses parques surgem o Serviço Florestal¹ criado em 1921 pelo Decreto Legislativo Número 4.421 e o Código Florestal² em 1934 que conceituava as diretrizes dos Parques Nacionais, Florestas Nacionais e Florestas Protetoras.

Essas primeiras unidades de conservação do Brasil foram criadas com intuito de resguardar porções do território nacional que possuíssem valores estéticos e científicos segundo a Constituição de 1937. O Código Florestal 1934 que legitimava o valor da proteção de parques nacionais ficou em vigor até 1965, ano da edição de um novo Código Florestal que estabelecia novas categorias de áreas de proteção no país.

O novo Código Florestal foi criado através da Lei 4.771 de 15 de Setembro de 1965 e instituiu as Reservas Biológicas, Áreas de Preservação Permanente, Estações Ecológicas e

¹ O Serviço Florestal tinha o “encargo de orientar, fiscalizar, coordenar e elaborar programas de trabalho para os futuros Parques Nacionais” (Diegues, 1994: 104)

² Para o Código Florestal de 1934, as áreas protegidas por ele estabelecidas eram:
Parque Nacional – Florestas remanescentes de domínio público, onde era proibida qualquer atividade contra a flora e a fauna.

Florestas Nacional – Florestas de rendimento. Eram suscetíveis de exploração econômica.

Floresta Protetora – Florestas remanescentes em propriedades privada. Eram de preservação perene.

Áreas de Proteção Ambiental, além de regulamentar novas diretrizes para os Parques Nacionais e Florestas Nacionais (Flonas), atribuindo a esta última finalidade técnica, econômica e social.

Em 1946 é criada a Floresta Nacional Araripe-Apodi pelo Decreto do Governo Federal 9.226. A Flona Araripe-Apodi é primeira Floresta Nacional do Brasil, sua localidade encontra-se na região nordeste entre os Estados do Ceará e Pernambuco, a Flona Araripe-Apodi é conhecida por seus sítios arqueológicos e pelo grande número espécies de aves.

Já a primeira Floresta Nacional da região norte do país é a Flona Caxiunã no Pará. Criada em 1961 a Flona Caxiuanã é notória por sua população tradicional residente que pratica o agroextrativismo de subsistência, tendo a farinha de mandioca se mostrado como o principal produto destinado à comercialização, seguida pela castanha-do-pará e o açaí.

1.5 Do Território às Leis Ambientais

No âmbito da Ciência Geográfica, o estudo do território é constituído de relevância e tradição, sendo que as modificações significativas ocorridas entre as relações das sociedades com seus espaços por denominações concretas ou por ordem abstratas terão implicações na configuração do território.

Seguindo essa concepção e o ordenamento territorial de áreas protegidas visamos a compreensão das políticas estatais em relação à Flona Tapajós. Segundo o SNUC (2000), unidades de conservação são espaços territoriais e seus recursos ambientais, incluindo as águas jurisdicionais, com características naturais relevantes, legalmente instituídos pelo Poder Público, com objetivos de conservação e limites definidos, sob regime especial de administração, ao qual se aplicam garantias adequadas de proteção da lei.

A definição do SNUC trata as unidades de conservação como “espaços territoriais”. Esses “espaços territoriais” são territórios que hoje possuem interesses políticos específicos voltados à conservação da biodiversidade criados pelo Estado.

Estado este que define o território como fonte do poder Ratzel (1986) e Raffestin (1993) e que concebe o desenvolvimento do território a partir das ações do próprio Estado Becker (1995). Portanto, o Estado que possui o poder daquele território espera dele algum tipo de vantagem, porque manter recursos naturais hoje é visto como parte do patrimônio do país.

O ordenamento como uma estratégia direcionada para obter uma coesão territorial-nacional de inspiração francamente ratzeliana, isto é, uma rede de controle hierarquizada, rígida e unidimensional do Estado no território, operando em um sistema político estruturado para gravitar em torno do poder central. (COSTA, 2013, p. 242)

Corroborando nessa linha o SNUC teria como uma de suas funções defender o território. Ratzel definiu o território como superfície terrestre identificada pela posse, portanto é um espaço controlado por uma sociedade ou Estado. A defesa deste seria a função mais importante do Estado segundo Moraes (1990).

Até Decreto nº 1.298 ³Artigo 8º de 27 de Outubro de 1994 eram vetadas qualquer povoamento dentro de uma unidade de conservação no Brasil, hoje populações tradicionais que se encontravam nas unidades de conservação antes de suas criações possuem o direito de permanência, caso a UC seja de uso sustentável. A Flona Tapajós se encaixa nesse quesito, sendo ela uma área de proteção de uso sustentável habitada por uma população tradicional.

Por muitos anos a Flona foi vista pelo Estado apenas como uma porção de terra da extensão de seus domínios, já a população pertencente à Flona Tapajós enxergava e enxerga o seu território como o espaço de suas relações sociais e econômicas. Portanto, houve uma falta de uniformidade em relação uso do território pelo Estado e pela população local. Essa falta de uniformidade tira a coesão do território e segundo Haesbaert (1997) o território precisa ser compreendido numa perspectiva integradora para que possa ter um significado.

Desde a origem, o território nasce com uma dupla conotação, material e simbólica, pois etimologicamente aparece tão próximo de terra-territorium quanto de terreo-territor (terror, aterrorizar), ou seja, tem a ver com dominação (jurídico-política) da terra e com a inspiração do terror, do medo – especialmente para aqueles que, com esta dominação, ficam alijados da terra, ou no “territorium” são impedidos de entrar. Ao mesmo tempo, por extensão, podemos dizer que, para aqueles que têm o privilégio de usufruí-lo, o território inspira a identificação (positiva) e a efetiva apropriação. (HAESBAERT, 2004, p.167)

³ Art. 8º O Ministério do Meio Ambiente e da Amazônia Legal regulamentará a forma pela qual poderá ser autorizada a permanência, dentro dos limites das FLONAS, de populações tradicionais que comprovadamente habitavam a área antes da data de publicação do respectivo decreto de criação.

É necessário salientar que a criação do SNUC reflete uma política ambientalista recente se comparado aos projetos geopolíticos⁴ criados no Brasil na década de mil novecentos e setenta para as unidades de conservação na região amazônica. O SNUC criado no ano de 2000 visa políticas de conservação e valorização do território, tendências essas apreciadas na década de 1990, segundo Valverde (2004) o fim do mundo bipolarizado dos pontos de vista militar e econômico também foi fundamental para o desenvolvimento de novos pactos federativos que legitimaram as novas políticas e suas áreas de influência.

Novas políticas como o SNUC validam o Estado a apreciar cada vez mais leis ambientais que corroboram para conservação da biodiversidade. O Estado vê hoje o seu território em constante transformação devido às leis ambientais, essas leis são mutáveis, pois regem a evolução da sociedade e os interesses geopolíticos daquele momento. Assim para Mello (2008) o território ambiental como território político, resulta de uma decisão de um poder legitimado, neste sentido, a defesa do meio ambiente tornou-se fator geopolítico-global e acaba por definir as ações das políticas públicas nacionais.

A apropriação de território e ambientes como reserva de valor, isto é, sem uso produtivo imediato, é uma forma de controle de biodiversidade, na medida em que é fonte de conhecimento dos seres vivos, o que vale dizer, fonte de poder Becker (1995).

Todavia, o controle da biodiversidade pelo Estado está fortemente ligado às leis estabelecidas pelo SNUC. Podemos afirmar que o Estado e o Território (Flona Tapajós) aqui exposto estão atrelados a uma forma recente de visão e apropriação do tema tanto para a sociedade como para os órgãos públicos. Portanto, as legitimações legais de proteção e conservação de ambientes naturais colocadas pelo SNUC são caracterizados por valores físicos-biológicos levando-se em conta significações culturais das sociedades pertencentes àquele território.

⁴ Segundo Mello (2006) havia planejamento estatal mais amplo para o desenvolvimento da atividade florestal, partindo de políticas de expansão das fronteiras na exploração do território e dos seus recursos naturais.

Capítulo 2 Floresta Nacional do Tapajós

2.1 Histórico da formação da Floresta Nacional do Tapajós.

O Brasil adotou a categoria de Floresta Nacional como parte de sua política florestal, a qual foi definida e regulamentada nos moldes similares de hoje no Código Florestal de 1965. Antes disso desde a década de mil novecentos e cinqüenta o Governo Federal já fazia na região que compreende as bacias dos Rios Tapajós e Xingu estudos e levantamentos para mapear os recursos naturais da região Heinsdijk⁵ (1957 apud PLANO DE MANEJO 2004, p. 117). Estes estudos coletaram dados sobre os potenciais minerais e madeireiros, com o objetivo de auxiliar a formulação de políticas de ocupação da região norte. Em 1970, o governo militar do Presidente Médici editou o Decreto-Lei 1.106 de 16/06/1970 lançando o Projeto de Integração Nacional- PIN.

“O Decreto destinou recursos para o financiamento de obras de infra-estrutura na região, aprovando a construção imediata das rodovias Transamazônica e Cuiabá-Santarém e a instalação de projetos de colonização na faixa de até 10 km à esquerda e à direita destas rodovias” (PLANO DE MANEJO, 2004, p.68).

Logo em seguida, o governo federal iniciou um processo para implantação de Florestas Nacionais na Amazônia, sendo criada em 1974 a Floresta Nacional do Tapajós.

Segundo Melo (2006) por projetos geopolíticos e econômicos do governo foram criadas reservas biofísicas. Sendo a Flona Tapajós vanguarda no programa de unidades florestais estabelecidas para a Amazônia, o qual fazia parte de um planejamento estatal mais amplo para o desenvolvimento da atividade florestal, traçado no contexto das políticas de expansão das fronteiras de exploração de recursos naturais e da sua integração à economia política nacional, implantadas pelos governos militares.

Já segundo Dubois⁶ (1976 APUD PLANO MANEJO 2004, p. 213), a decisão da criação da Flona do Tapajós foi tomada dois anos depois, após um inventário de reconhecimento conduzido pelo Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal (IBDF) ao longo da Rodovia Cuiabá-Santarém no final de 1972. Dubois argumenta que a decisão foi tomada em função da posição estratégica, pois a área possuía uma grande potencialidade

⁵ HEINSDIJK, D. O diâmetro dos troncos e o estrato superior das florestas tropicais. In: Relatório da FAO n. 601- Inventários Florestais na Amazônia: a região entre os rios Tapajós e Xingu - 1957. Brasília:FAO, 1965.

⁶ DUBOIS, J. Preliminary forest management guidelines for the National Forest of Tapajós. Belém: FAO/PRODEPEF Northern Region, 1976. 41p.

florestal sendo importante na relação aos projetos de desenvolvimento pensados para a região na época, oferecendo facilidade de acesso fluvial pelo Rio Tapajós e acesso via terrestre pela Rodovia BR 163.

No ponto de vista geográfico desenvolvimentista a criação da Flona Tapajós se encontra numa região de interesse estratégico, no entanto sua criação ocorreu sem antes verificar na localidade a existência ou não de populações já constituídas. Além disso, houve falta de comunicação entre os órgãos públicos na época, como o IBDF e o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), que acabaram dando a uma área usos distintos. Segundo Bacha e Rodrigues (2004) no específico caso da Flona Tapajós, sua criação não levou em consideração a presença de populações ribeirinhas ao longo do Rio Tapajós e nem o fato do Incra ter limitado e titulado alguns lotes à margem do BR-163, limites adentro da área da Flona Tapajós.

Em 1975 o IBDF iniciou um levantamento populacional dos núcleos familiares das comunidades de dentro da Flona, separando em comunidades ribeirinhas que se encontravam às margens do Rio Tapajós e comunidades de colonos que ficavam ao nordeste da Flona próximo a BR-163. Segundo Freire (2001) apenas no ano de 1978 o IBDF a fim de iniciar um processo de desapropriação avisa as populações das comunidades ribeirinhas que suas áreas localizavam-se dentro dos limites da Flona Tapajós, esse processo perdura durante toda a década de mil novecentos e oitenta sem nenhum avanço.

No ano de 1989 o Ibama substitui o IBDF como órgão gestor das Unidades de Conservação no Brasil, no entanto os impasses surgidos em 1978 entre a situação dos comunitários e a resolução federal que na época proibia residência de populações dentro de Unidades de Conservação seguem sem resolução dentro da Flona Tapajós. Apenas em 27 de outubro de 1994, o artigo 9º do Decreto 1.298⁷ permitiu ao Ibama autorizar a permanência das populações tradicionais que ali habitavam o local antes de sua criação. Isto resolveu naquele instante parte do problema, mas não sua totalidade.

No ano de 1995 houve um plebiscito onde a maioria da população tradicional decidiu que suas áreas deveriam ficar fora da Flona e que essas áreas poderiam ser readequadas com a criação de uma área de proteção ambiental (APA). O plebiscito foi ouvido e apresentado no

⁷ Art. 8º O Ministério do Meio Ambiente e da Amazônia Legal regulamentará a forma pela qual poderá ser autorizada a permanência, dentro dos limites das FLONAS, de populações tradicionais que comprovadamente habitavam a área antes da data de publicação do respectivo decreto de criação.

Congresso Nacional através do Projeto Lei – 939⁸ que propunha a retirada de todas as comunidades populacionais de dentro da Flona, esse Projeto Lei tramitou no congresso entre 1995 a 2003 sendo arquivada posteriormente.

Em 2000 através da criação do SNUC, a Florestas Nacionais continuaram sendo áreas onde é garantido o direito à permanência de populações tradicionais em seu interior, reafirmando a legalidade já esboçada anteriormente pelo Decreto 1.298/94.

De acordo com Soares Neto (2005) mesmo com a garantia de permanência os comunitários realizaram um novo plebiscito no ano de 2003, onde as comunidades da Flona foram ouvidas novamente, outra vez a proposta baseia-se na exclusão ou não das áreas de dentro dos limites da Flona. Diferentemente do plebiscito de 1995 dessa vez, o resultado foi bastante diferente do anterior, pois a maioria das comunidades optaram por permanecer na Flona, apenas o município de Aveiro (região que já era urbanizada desde a criação da Flona em 1973) e as comunidades não ribeirinhas de maioria de colonos optaram por sua exclusão de dentro da Flona Tapajós.

O ICMBio assume a Flona Tapajós em 2007, naquele ano um novo processo de exclusão de áreas da Flona é enviado a direção do ICMBio. O município de Aveiro e as comunidades de colonos próximas a BR-163 foram às localidades que reivindicaram a exclusão, sob intuito que essas comunidades já não estavam mais no mesmo contexto da Flona, porque praticamente toda a floresta primária havia sido extinta dentro de seus domínios e a urbanização dessas localidades já se encontravam em processo avançado. Entre 2007 até 2010 o trâmite de exclusão dessas áreas ficou estagnado dentro da sede do ICMBio-Santarém, apenas em 2010 o processo é encaminhado ao congresso através da Lei nº 12.678⁹, no congresso a lei é votada e sancionada em 2012, com a sanção são excluídas 5 comunidades(Aveiro e as comunidades próximas a BR-163) de dentro da Flona Tapajós.

⁸ A PL-939 tinha como objetivo retirar a cidade de Aveiro e as comunidades povoadas de dentro da Flona, através do argumento que o Decreto dos limites da Flona foram feitos de forma arbitrária não respeitando marcações antes realizadas pelo Incra.

⁹ Lei Número 12678/2012 Art. 16. Ficam excluídas da Floresta Nacional do Tapajós, criada pelo Decreto nº 73.684, de 19 de fevereiro de 1974, duas áreas totalizando aproximadamente 17.851 ha, sendo a primeira dessas áreas no Município de Belterra, Estado do Pará, onde estão situadas as comunidades de São Jorge, Nova Vida, Nossa Senhora de Nazaré e Santa Clara, na margem da rodovia BR-163, totalizando 11.990 ha; e a segunda, no Município de Aveiro, Estado do Pará, onde se localiza a sede do Município e seu aglomerado urbano da margem direita do rio Tapajós, bem como parte da área rural do seu entorno, totalizando 5.861 ha.

Depois da exclusão das comunidades e do município de Aveiro a Flona Tapajós conta hoje com área de 527.000ha, sendo que sua área original era de 545.000ha.

2.2 Sua área de Proteção Ambiental

A Floresta Nacional do Tapajós é uma unidade de conservação solidificada na Bacia do Rio Tapajós, no oeste do Estado do Pará. Sua localização está entre foz do rio Tapajós no oeste do Estado do Pará, abrangendo áreas dos municípios de Belterra, Aveiro, Rurópolis e Placas. É limitada geograficamente a oeste pelo rio Tapajós, a leste pela Rodovia Santarém-Cuiabá (BR-163) e ao sul pelo rio Cupari.

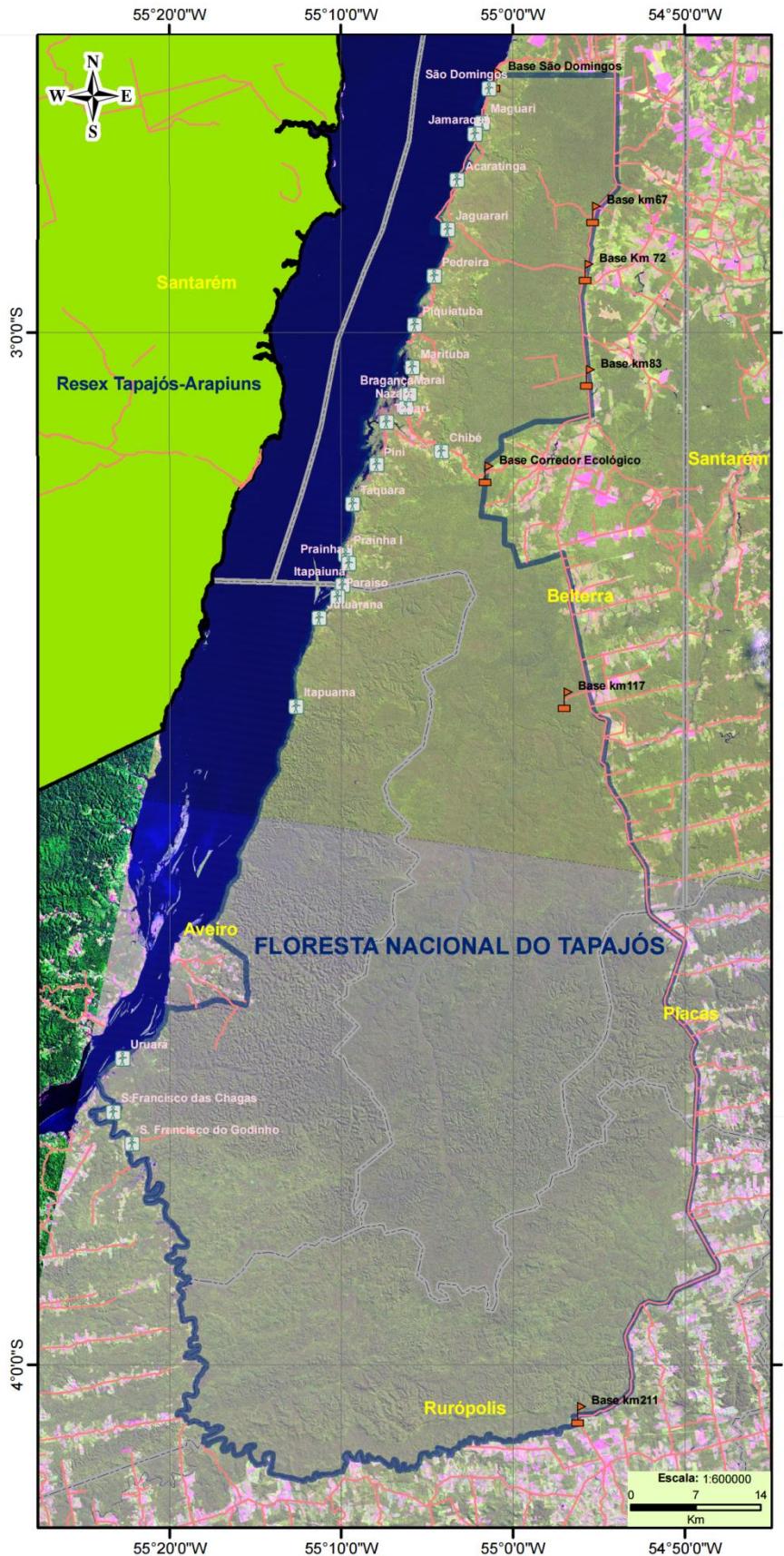
A Flona se encontra dentro da *Floresta Amazônica Densa* Ross (2006) ocupada por terras predominantemente baixas (0-70m) onde a temperatura média anual oscila entre 24°C e 26°C.

A Geomorfologia segundo classificação encontrada no Plano de Manejo (2004) explica que a porção de flanco às margens do Rio Tapajós insere-se na unidade morfoestrutural Planalto Rebaixado da Amazônia (Médio Amazonas), com cotas altimétricas em torno de 100 m, relevos dissecados, colinas com ravinas e vales encaixados. As superfícies de aplaínamento são inundadas periodicamente por ocasião das chuvas. A região de planalto compreende a unidade morfoestrutural Planalto Tapajós-Xingu, cuja cota altimétrica varia entre 120 e 170 metros. Segundo o Plano de Manejo (2004) Estão presentes extensas superfícies de formação tabular com rebordas erosivas, e alguns trechos com forte ou fraca declividade. O desnível entre a região de planalto e o planalto rebaixado na margem do Rio Tapajós pode chegar a 150 m.

O solo predominante na região da Flona é o Latossolo Amarelo Distrófico segundo pesquisas encomendada pelo Plano de Manejo (2004), o Latossolo Amarelo Distrófico cobre as regiões de planalto e flanco da Flona, com variações de textura em função do maior ou menor teor de argila.

Na questão geológica a Flona do Tapajós encontra-se na região da unidade estratigráfica denominada Formação Barreiras. A formação Barreiras é constituída principalmente por sedimentos continentais vermelhos e formados por intercalações de arenitos e argilitos com conglomerados subordinados. Na porção sul da Flona junto ao Rio Cupari ocorre a Formação Nova Olinda, a qual vem sendo objeto de pesquisas para extração mineral de gipsita.

FLORESTA NACIONAL DO TAPAJÓS



LEGENDA

- Comunidades da Floresta Nacional
- Bases de Monitoramento - ICMBio
- Estradas
- Floresta Nacional do Tapajós
- Unidades de Conservação Federais
- Municípios Brasileiros

Floresta Nacional do Tapajós: Unidade de Conservação Federal criada pelo Decreto Federal nº 73.684 de fevereiro de 1974, e alterada pela Lei Federal nº 12.678 de junho de 2012. Com área de 527.319 hectares, abrange os municípios de Aveiro, Ruropolis, Placás e Belterra, no Estado do Pará.

Responsável Técnico:
Dárlison Andrade - Analista Ambiental Federal - ICMBio
Sistemas de Coordenadas Geográficas
DATUM HORIZONTAL SIRGAS 2000
IMAGEM LANDSAT 227/62 E 227/63: ANO 2010
Data: 10/2012

2.3 A importância da Floresta Nacional do Tapajós no contexto local e nacional.

Sendo a principal Unidade de Conservação de referência científica da região amazônica do Brasil, a Floresta Nacional do Tapajós em 2016 completou 42 anos de sua criação, localizada no lado ocidente do Estado do Pará, sua área possui de cerca de 527.000ha. Apenas pelo seu tamanho e pela sua localização, a FLONA do Tapajós já se mostra importante: situada em uma área conhecida pelos conflitos violentos entre diferentes agentes sociais, seus dilemas parecem se constituir em um microcosmo da discussão do preservacionismo no Brasil.

A Flona Tapajós foi a primeira reserva ambiental implementada na região oeste do Pará, por sua localidade entre às margens do Rio Tapajós e a BR 163 e próxima do polo regional de Santarém a Flona Tapajós encontra-se em um lugar estratégico.

Hoje a Floresta Nacional do Tapajós é a 4^a unidade de conservação com o maior número de pesquisas científicas no país, segundo o Sistema de Autorização e Informação em Biodiversidade¹⁰, sendo a mais estudada na categoria Floresta Nacional, com a média de 75 artigos publicados anualmente.

Apenas com o manejo florestal a Flona Tapajós gera cerca de R\$ 6.000.000,00 por ano sendo que R\$ 1.000.000,00 é através da extração de látex. São 0,2% de área que equivale a 1000ha da Flona Tapajós que são afetadas pelo manejo florestal anualmente, movimentando cerca de 200 empregos.

Por ser uma Unidade de Conservação de Uso Sustentável, com um vasto contingente populacional e próximo de um grande centro regional (Santarém), a Flona Tapajós engloba por si só proeminentes aspectos de grande relevância geográfica para toda região amazônica e consecutivamente também dentro do território nacional.

¹⁰ Criado em 2007 o Sisbio é um sistema de atendimento à distância que permite a pesquisadores solicitarem autorizações para coleta de material biológico e para a realização de pesquisa em unidades de conservação federais e cavernas. O sistema permite ao ICMBio realizar a gestão da informação resultante das pesquisas realizadas visando a conservação da biodiversidade, por meio do recebimento de relatórios de atividades que integram a base de dados do Sistema. A integração dos dados gerados pelos pesquisadores será relacionada a base cartográfica digital, provendo, assim, mecanismos de difusão de informação sobre a biodiversidade nacional para a comunidade científica, tomadores de decisão, formuladores de políticas ambientais e educadores.

2.4 Comunidades

Dentro da Flona Tapajós existem 22 comunidades tradicionais e 3 comunidades indígenas, essas comunidades ocupam cerca de 5% do território da unidade. Segundo dados extra-oficiais obtidos na sede do ICMBio-Santarém durante o trabalho de campo em fevereiro de 2013, a população da Flona Tapajós é de cerca de 5 mil pessoas, divididas em aproximadamente 1500 famílias, sendo que aproximadamente 500 pessoas são auto-declaradas indígenas da etnia Munduruku.

As três comunidades auto-declaradas indígenas são Bragança, Marituba e Takuara, todas elas se reconhecem como etnia Munduruku desde 2000.

Apenas três comunidades não possuem energia elétrica e usam geradores movidos a querosene, são elas Chibé, Tabocal e Takuara. A água geralmente é oriunda de igarapés e em algumas comunidades possuem poços artesianos, são elas Jaguarari, Pedreira, Maguari e Tauari.

A maior comunidade é Piquiatuba com cerca de 500 comunitários e a menor Tabocal com apenas 24 moradores. Segundo o Censo Populacional do Ibama em parceria com o Projeto de Apoio ao manejo Florestal da Amazônia¹¹ (Promanejo) de 2007 53,72% dos habitantes são do sexo masculino. A comunidade com o maior porcentagem de homens é Paraíso com 61,36% e com a menor porcentagem é Tabocal com 46,15%. Sobre a faixa etária da população são 55,73% de jovens entre 0 a 20 anos.

A agricultura é a principal atividade econômica, sendo ela basicamente de subsistência, juntamente com a pesca e a criação de animais (aves, gado e suínos). As principais lavouras permanentes são de banana, cupuaçu, abacaxi, abacate, coco e urucum, já as maiores lavouras temporárias são de abóbora, amendoim, arroz e batata.

¹¹ O Projeto de Apoio ao Manejo Florestal - Promanejo foi preparado em 1995-1996 e teve a sua execução iniciada em 1999. O projeto teve como concepção geral, aumentar a área florestal manejada e inibir a exploração madeireira predatória na Amazônia. Em função do seu bom desempenho, o projeto previsto para terminar em 2003, foi renovado até 2006. Nesse período, o projeto alcançou resultados importantes em políticas públicas no âmbito federal.

Tabela 1 - Número de famílias e habitantes por comunidade na Floresta Nacional do Tapajós.

Comunidades	Número de Famílias	Número de Pessoas
Acaratinga	34	125
Bragança	18	93
Chibé	91	304
Itapaiúna	22	,120
Itapuama	21	99
Jaguarari	14	253
Jamaraquá	54	135
Jutuarana	29	80
Maguari	122	411
Marai	39	105
Marituba	61	171
Nazaré	90	371
Paraíso	21	90
Pedreira	117	405
Pini	72	213
Piquiatuba	116	506
Prainha	91	266
Prainha II	24	77
São Domingos	111	310
São Francisco das Chagas	27	107
São Francisco Godinho	63	180
Tabocal	03	24
Takuara	65	215
Tauari	136	350
Uruará	75	209
	Total: 1516	Total: 5147

Fonte: ICMBio-Santarém.

Através da criação da Flona nos anos de mil novecentos e setenta os moradores tiveram que procurar outros meios de geração de renda devido ao término do extrativismo, surgiram assim às organizações sociais intercomunitárias¹², essas associações tinham como objetivo além de melhorar a infraestrutura das comunidades impulsionar o comércio de produtos não madeireiros para fora dos limites da Flona, hoje através desse incentivo intercomunitário os principais produtos comercializados das comunidades para fora são: açaí, andiroba, copaíba e o couro vegetal produzido a partir do látex, além do artesanato.

2.5 Os Agentes da Floresta Nacional do Tapajós

Para o melhor entendimento das relações científicas, socio-econômicas e ecológicas presentes dentro da Flona Tapajós fizemos um levantamento das principais instituições que atuam diretamente na unidade, para a escolha dessas entidades buscamos agentes representativos na gestão da reserva que possuíam participação dentro do Conselho Consultivo¹³ da Flona Tapajós. As quatro entidades agentes escolhidas foram o ICMBio, órgão gestor da Flona, a Organização Não Governamental Projeto Saúde e Alegria (PSA), a Federação das Organizações e Comunidades Tradicionais da Floresta Nacional do Tapajós (Federação) e a Cooperativa Mista da Floresta Nacional do Tapajós (Coomflona), cada um desses órgãos possui uma representatividade distinta dentro da Flona. Essas ações distintas devem-se as diferentes áreas de interesse que cada organização tem para a Flona. Durante a pesquisa em diversos momentos conversamos com os representantes de cada uma dessas instituições.

2.5.1 Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade.

Criado em julho de 2007 o ICMBio é o responsável pela administração das unidades de conservação federais, além de fomentar e executar programas de pesquisa, proteção e conservação da biodiversidade em todo o Brasil. Sendo a Floresta Nacional do Tapajós uma unidade de conservação cabe ao ICMBio a sua gestão.

Durante o ano de 2007 houve na Floresta Nacional do Tapajós o período de transição (na sede administrativa em Santarém) de cerca de um ano entre o comando do Ibama para a

¹² As organizações comunitárias serão melhores apresentadas no subcapítulo 2.5.2

¹³ A Floresta Nacional disporá de um Conselho Consultivo, presidido pelo órgão responsável por sua administração e constituído por representantes de órgãos públicos, de organizações da sociedade civil e, quando for o caso, das populações tradicionais residentes. (§ 5º do Art. 17. do SNUC)

gerência do ICMBio. As principais dificuldades encontradas durante esse período foram problemas administrativos, hierárquicos e organizacionais. A mudança do espaço físico (prédio) por parte do Ibama e a separação e triagem da documentação da Flona levaram cerca de 10 meses de ordenamento.



Figura 1- Placa da Sede do ICMBio-Santarém. (Pedro Carvalho: Autor, 2013)

Hoje a sede administrativa da Floresta Nacional do Tapajós do ICMBio fica no centro de Santarém (ao lado da sede antiga do Ibama), onde atualmente trabalham 24 funcionários do ICMBio, entre chefe da unidade, chefe substituto, coordenadores de gestão socioambiental, pesquisa científica, proteção, de uso público, 5 analistas ambientais, 3 técnicos administrativos, 2 técnicos ambientais, 7 auxiliares administrativos e 5 estagiários.

2.5.2 Federação das Organizações e Comunidades Tradicionais da Floresta Nacional do Tapajós.

A Federação das Organizações e Comunidades Tradicionais da Floresta Nacional do Tapajós, conhecida como “Federação” foi criada em 2004. Entre os objetivos da criação da

Federação estava à unificação das associações intercomunitárias existentes dentro da Floresta Nacional do Tapajós. Antes da criação da Federação quatro grandes associações intercomunitárias se dividiam atuando dentro da Flona, eram elas: AITA (Associação Intercomunitária do Tapajós, ASNUTA (Associação Intercomunitária Nova União do Tapajós), ASMIPRUT (Associação Intercomunitária de Mini e Pequenos Produtores Rurais e Extrativistas da Margem Direita do Rio Tapajós) e APRUSANTA (Associação de Pequenos Produtores Rurais de São Jorge, Santa Clara e Nossa Senhora de Nazaré). Atualmente a AITA e a ASMIPRUT ainda possuem certa influência na organização dos moradores associados devido aos interesses econômicos dessas associações. A ASNUTA praticamente deixou de existir devido ao pequeno número de comunidades associadas, apenas 3. Já a APRUSANTA ainda existe, no entanto, a separação da área dessas comunidades (São Jorge, Santa Clara e Nossa Senhora de Nazaré) de dentro da Flona em 2012 deixou a associação de fora dos assuntos relacionados aos interesses das comunidades locais.

Além da unificação das associações preexistentes, a Federação visa representar e defender as populações tradicionais da Flona, trabalhando a organização das comunidades, e garantindo e permanecia desses povos na terra, além da educação ambiental e valorização dos recursos naturais, entre os desafios da Federação estão unir as 22 comunidades não indígenas da Flona em busca de objetivos homogêneos tanto no manejo florestal quanto nas melhorias da infraestrutura para acesso a luz e telefone público a todos moradores.

2.5.3 Cooperativa Mista da Floresta Nacional do Tapajós.

A Cooperativa Mista da Flona Tapajós (Coomflona) teve sua origem com o Projeto de Apoio ao Manejo Florestal Sustentável na Amazônia (Promanejo). O Promanejo era um dos projetos do Programa Piloto de Proteção de Florestas Tropicais (PPG7)¹⁴ e atuou durante 11 anos na Flona Tapajós, por meio de financiamentos do KFW (Banco Alemão de Desenvolvimento).

¹⁴ O Programa Piloto surgiu em 1990, na Convenção de Houston, que reuniu os países do G7, em prol da proteção das florestas tropicais brasileiras, e foi ratificado na Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente e Desenvolvimento (CNUMAD), a Rio 92. O mundo vivia a onda contra a devastação da floresta Amazônica. Governos e sociedade civil estavam juntos na procura por soluções que poderiam combinar a conservação da floresta Amazônica e da Mata Atlântica com o uso sustentável de seus recursos naturais, ao mesmo tempo em que essas soluções poderiam melhorar as condições de vida da população local. (disponível em: <http://www.mma.gov.br/florestas/programa-para-a-prote%C3%A7%C3%A3o-das-florestas-tropicais>)



Figura 2 - Sede da Coomflona. Fonte: <http://ppbio.museu-goeldi.br/> acessado dia 04/11/2016

Em fevereiro de 2005, a Coomflona é fundada por 20 comunitários da Flona, no mesmo ano em outubro a Coomflona inicia o Projeto Ambé¹⁵, durante os dois primeiros anos de implantação o projeto contou com apoio técnico-financeiro do Ibama, Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) e Universidade Federal do Pará (UFPA). O projeto era um modelo de manejo florestal comunitário em caráter empresarial, tendo sua base do operariado restrito aos comunitários da Floresta Nacional do Tapajós. A partir de 2007, a Coomflona começou a buscar novas parcerias aumento o seu capital e o seu investimento.

No ano de 2013, a Coomflona recebe a certificação FSC¹⁶ na modalidade de 100% comunitária. Através dessa certificação, juntamente com a valorização madeireira e os métodos de manejo utilizados a Coomflona estima movimentar 6 Milhões de Reais manejando cerca de 0,2% de toda a Floresta Nacional do Tapajós no ano de 2013. Esse

¹⁵ Projeto Ambé foi o primeiro projeto executado pela COOMFLONA que realizou o manejo florestal comunitário e de baixo impacto que previa a exploração sustentável de produtos madeireiros e não madeireiros em uma área comum de 32.586,56 hectares da Flona Tapajós

¹⁶ A certificação Forestry Stewardship Council (FSC) é uma garantia internacionalmente reconhecida, que identifica, através de sua logomarca, produtos madeireiros e não-madeireiros originados do manejo florestal responsável.

manejo de impacto reduzido foi o que levou a FSC certificar a Coomflona como empresa exemplo de exploração madeireira comunitária.

Hoje a Coomflona gera em média de 150 empregos entre diretos e indiretos. Somente da Flona são em torno de 120 comunitários empregados. Desde 2007 a Coomflona investiu mais de 300 mil reais na infraestrutura de acesso as comunidades e repassa anualmente 15% das suas “sobras”(recursos madeireiros e não madeireiros) para as comunidades envolvidas. Ao todo são 25 comunidades beneficiadas com a cooperativa.

2.5.4 Projeto Saúde e Alegria

A Organização não governamental (ONG) “Projeto Saúde e Alegria”(PSA) trabalha na região amazônica desde 1987 nos municípios de Santarém, Belterra, Aveiro e Juruti atuando principalmente na área de saúde e saneamento, desenvolvendo ações voltadas à prevenção de doenças e combate à desnutrição infantil, essas ações são: implantação de pedras sanitárias e máquinas de fazer cloro além da perfuração de poços artesianos.



Figura 3 - Sede do Projeto Saúde e Alegria. (Pedro Carvalho: Autor, 2013)

O Projeto Saúde e Alegria incentiva a organização comunitária, promovendo a capacitação de lideranças e apoiando grupos existentes. Auxilia rádios comunitárias e a edição e difusão de jornais junto aos grupos de jovens.

A ONG possui parcerias com as Prefeituras Municipais, especialmente, nas campanhas de vacinação. Organiza e assessoria a Associação de Parteiras dos municípios de Santarém, Belterra e Aveiro. O Projeto conta ainda com uma lancha hospital (ambulancha) para o atendimento nas comunidades ribeirinhas.

A capacitação de agentes comunitários de saúde e o desenvolvimento de educação ambiental, orientando diminuir o desmatamento e aproveitando os recursos naturais e a conservação da água são outros projetos representados na ONG.

Dentro da Flona o “Projeto Saúde e Alegria” atua há 25 anos e de acordo com o seu site promove processos participativos de desenvolvimento comunitário integrando as políticas públicas com as comunidades locais partindo de programas voltados para organização social, direitos humanos, saúde, saneamento, geração de renda, educação, cultura, comunicação e inclusão digital. Além de construir o “resgate” da cultura indígena em algumas comunidades residentes indígenas e no auxílio na criação de um grupo de saúde comunitário para a Flona.

Capítulo 3 O SNUC e a Floresta Nacional do Tapajós.

A partir da criação do SNUC em 2000 (Lei nº 9.985) as Florestas Nacionais passaram a possuir as diretrizes específicas, antes as leis eram oriundas do Código Florestal de 1965(Lei nº 4.771) que definiam as Florestas Nacionais como unidades de conservação para fins econômicos, técnicos ou sociais. Tais resoluções possuíam abrangência que dificultavam o monitoramento e a execução de qualquer procedimento.

Hoje o SNUC utiliza seis parágrafos de resoluções para as Flonas, sendo que essas normas são de cunho econômico, técnico, social e científico, detalhando assim o seu uso de conservação.

Neste capítulo cada uma dessas seis particularidades da lei serão vistas e examinadas separadamente utilizando a Flona Tapajós, nosso objeto de estudo, como exemplo das diferenças entre a teoria e o práxis.

3.1 O que diz o SNUC

Segundo o artigo 17 do SNUC as diretrizes para as Florestas Nacionais são:

§ 1º A Floresta Nacional é de posse e domínio públicos, sendo que as áreas particulares incluídas em seus limites devem ser desapropriadas de acordo com o que dispõe a lei.

§ 2º Nas Florestas Nacionais é admitida a permanência de populações tradicionais que a habitam quando de sua criação, em conformidade com o disposto em regulamento e no Plano de Manejo da unidade.

§ 3º A visitação pública é permitida, condicionada às normas estabelecidas para o manejo da unidade pelo órgão responsável por sua administração.

§ 4º A pesquisa é permitida e incentivada, sujeitando-se à prévia autorização do órgão responsável pela administração da unidade, às condições e restrições por este estabelecidas e àquelas previstas em regulamento.

§ 5º A Floresta Nacional disporá de um Conselho Consultivo, presidido pelo órgão responsável por sua administração e constituído por representantes de órgãos públicos, de organizações da sociedade civil e, quando for o caso, das populações tradicionais residentes.

§ 6º A unidade desta categoria, quando criada pelo Estado ou Município, será denominada, respectivamente, Floresta Estadual e Floresta Municipal.

3.2 As diretrizes do SNUC são cumpridas de modo adequado dentro da Floresta Nacional do Tapajós?

3.2.1 Segundo o SNUC artigo 17 § 1º:

- *A Floresta Nacional é de posse e domínio públicos, sendo que as áreas particulares incluídas em seus limites devem ser desapropriadas de acordo com o que dispõe a lei.*

Isso ocorre na Flona Tapajós? Para responder tal questão, é necessário antes entender quais aspectos históricos se apresentam dentro da Flona Tapajós em relação à regularização da situação fundiária dos seus moradores.

Na Flona Tapajós existiam três grupos de moradores divididos em comunidades tradicionais, comunidades indígenas e colonos, sendo que as comunidades tradicionais e as indígenas possuem o direito de uso e manejo da terra, porque essas populações chegaram antes da criação da Flona Tapajós. Entretanto, esse direito não é concedido aos colonos que possuíam lotes privados. Até o ano de 2012 havia dentro da Flona Tapajós cinco comunidades que possuíam um grande número de propriedades particulares, eram elas: Aveiro com cerca de 5 mil habitantes situada ao sul da Flona às margens do Rio Tapajós e as vilas de São Jorge, Santa Clara, Nova Vida e Nossa Senhora do Nazaré que juntas possuíam 1,5 mil habitantes sendo localizadas ao nordeste da Flona às margens da rodovia BR 163. Mesmo sendo quatro vilas distintas toda a região é conhecida pelo topônimo “São Jorge”.

O município de Aveiro foi criado em 1961 e se encontra em boa parte na margem esquerda do Rio Tapajós e possui sua sede no lado direito do Rio Tapajós em uma área urbana que se encontrava dentro da unidade.

Já as comunidades de São Jorge, Santa Clara, Nova Vida e Nossa Senhora do Nazaré surgiram depois da criação da Flona Tapajós, seus primeiros registros aparecem em 1975, ano do primeiro levantamento de famílias realizado na unidade pelo IBDF onde o número de famílias dentro de toda a reserva alcançavam 620, sendo que 239 dessas famílias eram de colonos que se assentaram na região nordeste da Flona Tapajós.

A partir desses assentamentos houve as fundações dessas comunidades formadas por esses colonos oriundos especialmente do Ceará e Maranhão que vieram para região contratados para ajudar na construção da BR-163, segundo o Diagnóstico Rural Participativo das Comunidades¹⁷ (DRP) do Ibama de 2004. Nesse mesmo DRP se descobriu que os primeiros colonos obtiveram títulos de propriedade emitidos pelo Incra¹⁸ (lotes de 100 ha) entre 1976 a 1979.

Diferentemente das comunidades ribeirinhas da Flona Tapajós que tradicionalmente vivem da subsistência, as comunidades da margem da BR-163 possuíam economias de agricultura em grandes lotes de terra e a criação de pequenos animais.

É necessário salientar que a legislação da época não reconhecia a presença humana dentro das Florestas Nacionais. Portanto, havia um conflito de políticas públicas dentro da Flona Tapajós durante suas duas primeiras décadas, essas políticas se dividiam especialmente entre a retirada dos moradores defendida pelo IBDF ou exclusão da área habitada de dentro dos limites da unidade proposta essa reivindicada e apoiada pelos moradores e pelo Incra. Houve o envio em 1981 da proposta de exclusão do município de Aveiro e das comunidades do nordeste da Flona Tapajós para o Incra-Brasília. No entanto, a proposta não saiu do papel devido às discordâncias entre o Incra e o município de Aveiro em relação ao tamanho da área a ser excluída.

Apenas no ano 1988 (quatorze anos depois da criação da unidade) foram realizadas as primeiras conversas conjuntas entre o chefe da Flona Tapajós, o Incra e representantes do IBDF de Santarém com o intuito de uma solução conjunta para a questão fundiária da Flona. Nas reuniões realizadas surgiram orientações que a regulamentação da posse de terra ou uma possível exclusão de Aveiro e das comunidades da margem da BR 163 seriam exclusivamente decisões compreendidas as instâncias superiores, governo federal.

¹⁷ O Diagnóstico Rural Participativo das Comunidades da Floresta Nacional do Tapajós de 2004 teve como objetivo promover um maior conhecimento da Flona Tapajós permitindo que as comunidades exprimissem seus problemas, anseios e suas necessidades em relação à unidade e ao órgão gestor responsável.

¹⁸ Segundo Soares Neto (2005) no ano de 1971 o Incra criou através da via legislativa (Decreto-Lei nº 1.164/71) uma área de aproximadamente 6,5 milhões de hectares no oeste do Pará abrangendo parte do Rio Tapajós a BR-163 e partes dos municípios de Santarém e Altamira. A sua destinação seria o assentamento de colonos, principalmente ao longo da citada rodovia. Em 1974 com a criação da Flona Tapajós o INCRA não repassou as terras ao IBAMA, somente em 2004 a Superintendência do Patrimônio da União repassou, a título gratuito, 108.000 ha de terra ao órgão ambiental

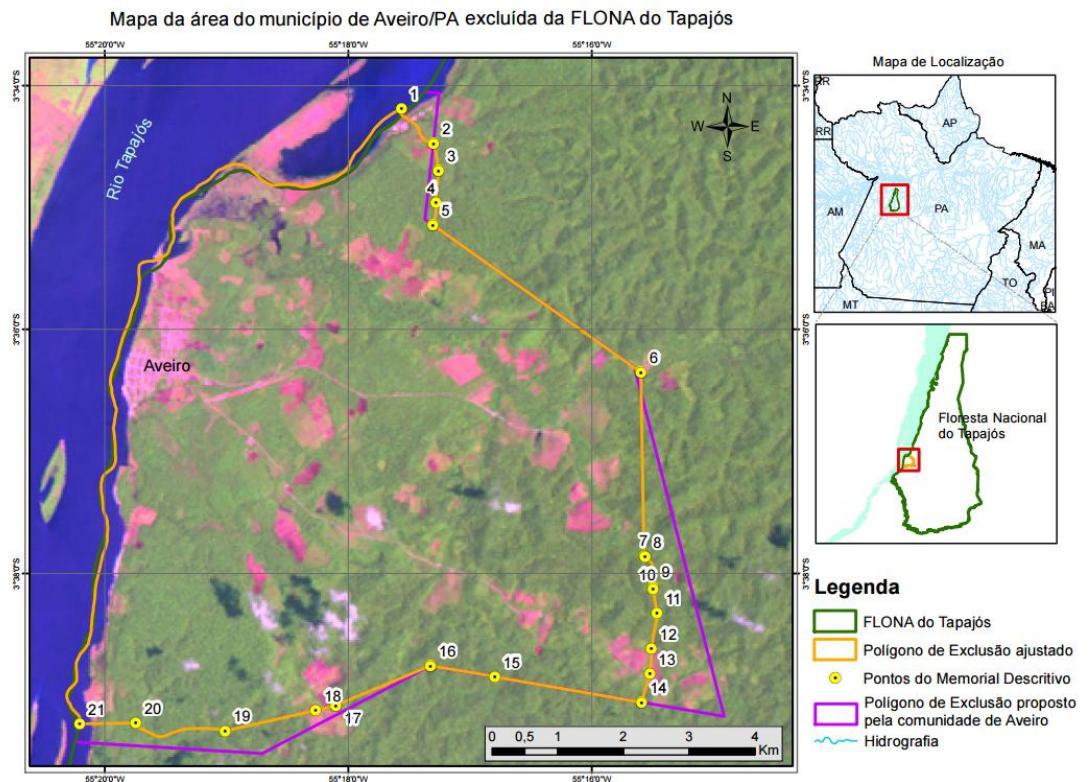
Devido à forte pressão das comunidades para uma solução definitiva fundiária no ano de 1995 houve um plebiscito¹⁹ que objetivava o caminho que os moradores na Flona gostariam de seguir em relação à exclusão ou não de suas áreas da reserva. Na ocasião maioria dos moradores votaram na exclusão da área de dentro da reserva, proposta essa levada ao congresso pelo Deputado Federal Hilário Coimbra (PTB- Pará), a PL-939 que redefiniria os limites da Flona Tapajós tramitou no congresso entre setembro de 1995 e janeiro de 2003. Em junho de 2002, a Comissão de Constituição e Justiça e Redação deu seu parecer considerando que a criação do SNUC mudou os processos participativos de gestão em relação às comunidades locais arquivando assim em 31 de Janeiro de 2003 o projeto lei.

A criação do SNUC levantou novamente a discussão das situações fundiárias na Flona Tapajós, suas diretrizes incisivas sobre o regulamento de terras particulares nas unidades de conservação continuaram mostrando o impasse entre a lei e que era visto. Mesmo nessas condições os órgãos federais permaneciam sem uma resposta conclusiva para a reserva. Resposta somente resolvida com a fundação em 2007 do ICMBio substituindo o IBAMA como órgão gestor das UC's. Através do ICMBio novas discussões voltaram a surgir sobre o tema. E partindo desse novo órgão gestor com o apoio do deputado federal Zé Geraldo (PT- Pará) foi levado ao congresso nacional uma nova proposta de Lei nº 12.678 de exclusão das áreas da sede do município de Aveiro e das comunidades de São Jorge, Santa Clara, Nova Vida e Nossa Senhora do Nazaré dos limites da Flona Tapajós, projeto de lei este que terminou sendo sancionada pela Presidente Dilma Rousseff no dia 26 de Junho de 2012. Com a sanção da Lei, o município de Aveiro e as comunidades de São Jorge, Santa Clara, Nova Vida e Nossa Senhora do Nazaré deixaram de fazer parte da Flona Tapajós.

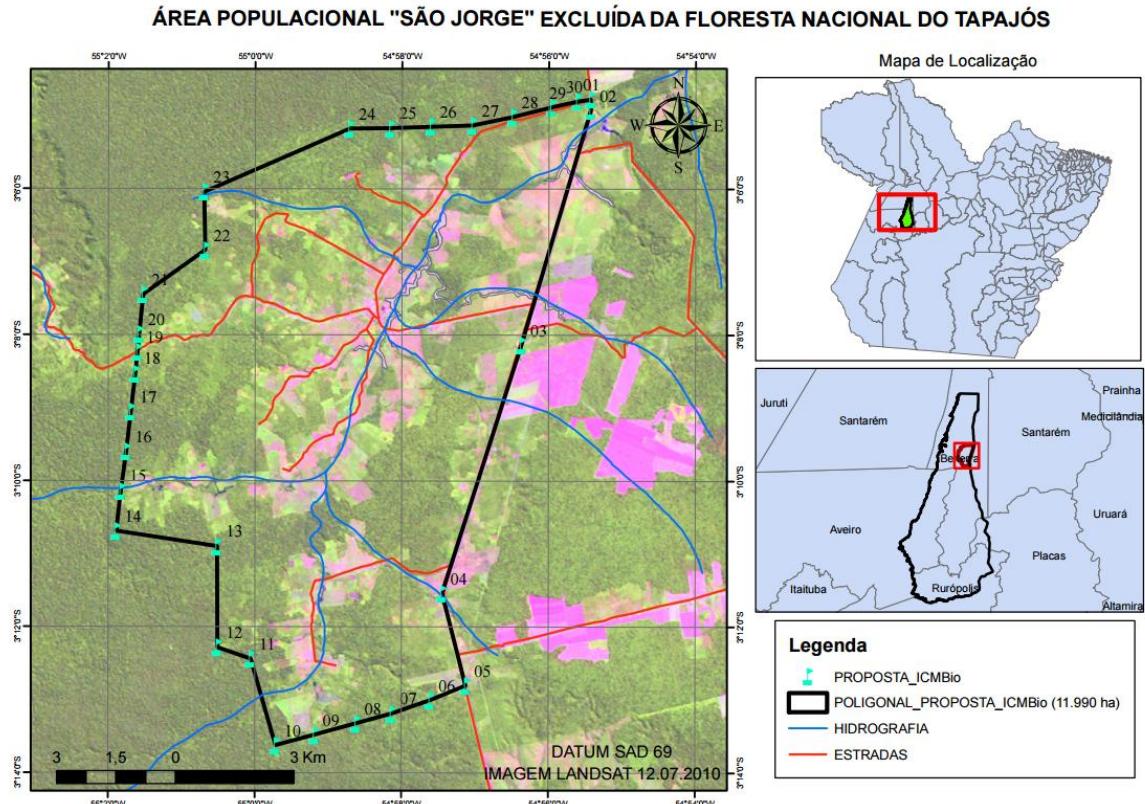
O objetivo foi alcançado pelos moradores locais depois de inúmeros entraves governamentais, conseguindo por fim os seus direitos de propriedade de terras mantidos. Assegurando assim a Floresta Nacional do Tapajós como área autônoma sem propriedades particulares dentro dos seus limites.

Os mapas a seguir mostram as áreas excluídas de Aveiro e a área populacional de “São Jorge”, região das comunidades de São Jorge, Santa Clara, Nova Vida e N. S. do Nazaré.

¹⁹ No plebiscito realizado pelas as comunidades da Flona Tapajós 61,97% dos moradores votaram na proposta “Ficar Fora”, o processo foi acompanhado por uma comissão eleitoral e apuração final ocorreu na comunidade de Maguari.



Mapa 2 – Município de Aveiro. Fonte: ICMBio.



Mapa 3 – Área populacional de “São Jorge” onde se localizam as Comunidades de São Jorge, Santa Clara, Nova Vida e Nossa Senhora do Nazaré. Fonte: ICMBio.

3.2.2. Segundo o SNUC artigo 17 § 2º

- *Nas Florestas Nacionais é admitida a permanência de populações tradicionais que a habitam quando de sua criação, em conformidade com o disposto em regulamento e no Plano de Manejo da unidade.*

Existem registros históricos de ocupação da região da Flona do Tapajós desde o século XIX por portugueses e índios (etnia Munduruku). Por volta dos anos de 1910 caboclos oriundos de vilas próximas de Santarém fundaram as comunidades de Jamaraquá e Piquiatuba, nas décadas seguintes outras comunidades se estabeleceram na área, criadas por seringueiros que migraram da extração da borracha para a pesca e agricultura de subsistência. Já outras vilas ribeirinhas foram sendo fundadas por imigrantes de Belém, do nordeste e do sul do país as margens do Rio Tapajós entre as décadas de 1940 a 1960 na região onde se criaria a Flona Tapajós.

Como já dito anteriormente a Flona Tapajós foi criada em 1973 e a legislação da época não previa a presença humana dentro de uma unidade de conservação. Igualmente com o que ocorreram nas comunidades não tradicionais de colonos (criadas pós-fundação), as comunidades tradicionais sofreram com as questões fundiárias.

O território das sociedades tradicionais, distinto daqueles das sociedades urbanas industriais, é descontínuo, marcado por vazios aparentes (terras em pouco, áreas de estuário que são usados para a pesca somente em algumas estações do ano) e tem levado autoridades da conservação a declará-lo parte das “unidades de conservação”, porque “não é usado por ninguém”. Aí reside, muitas vezes, parte dos conflitos existentes entre as sociedades tradicionais e as autoridades conservacionistas” (DIEGUES, 1994, p. 202)

Sendo que as principais questões fundiárias tratadas e discutidas pelos órgãos federais (IBDF, Incra e Ibama) para as comunidades tradicionais eram a retirada ou não das mesmas de dentro da Flona. Havia duas possibilidades claras; de exclusão dos limites das comunidades tradicionais ou expulsão dos moradores da Unidade de Conservação. Essa discussão chegou ao término apenas a partir do Decreto nº 1.298 Artigo 8º de 27 de Outubro de 1994, que legalizou a presença de populações tradicionais dentro das Florestas Nacionais.

O Plano de Manejo de 2004 da Flona Tapajós promovido pelo IBAMA reafirma a legalidade e regulariza a condição fundiária das comunidades através da concessão de direito real de uso juntamente a Secretaria do Patrimônio da União.

3.2.3. Segundo o SNUC artigo 17 § 3º

- *A visitação pública é permitida, condicionada às normas estabelecidas para o manejo da unidade pelo órgão responsável por sua administração.*

De fato a visitação pública é permitida pelo ICMBio, condicionada a aquisição de ingresso ou autorização de entrada (recomendada a grupos grandes de pessoas). O ingresso pode ser adquirido tanto na sede administrativa do ICMBio-Santarém quanto numa das sete bases de monitoramento, cinco delas localizadas nos Km 67, 72, 83, 117 e 211 da Rodovia BR-163, uma no corredor ecológico e outra na entrada da comunidade São Domingos. Já autorização apenas na sede ou por email.

O valor de ingresso individual diário para a visitação da Flona do Tapajós custa R\$ 5,50, conforme a portaria do ICMBio Nº 135 de 30 de dezembro de 2010. O horário de funcionamento é integral na unidade, exceto na comunidade de São Domingos, cuja entrada de visitantes inicia-se às 08h00 e termina às 18h00.



Figura 4 - Ingresso entrada adquirido na base do Km 72. (Pedro Carvalho: Autor, 2013)

Na visitação é possível fazer trilhas juntamente com guias comunitários, observar o ecossistema, pernoitar com autorização das comunidades, pesca esportiva, visitar as comunidades e banhos nas praias e igarapés.

Dentro da Flona Tapajós é determinantemente proibida à captura, coleta e transporte de qualquer material biológico da unidade, exceto com prévia autorização do órgão gestor. São vetados a circulação veículos e o acendimento de fogueiras próximas aos igarapés e

praias, não é permitida também a utilização de aparelhos sonoros em alto volume que poderiam perturbar a fauna e os moradores locais.

3.2.4. Segundo o SNUC artigo 17 § 4º:

- *A pesquisa é permitida e incentivada, sujeitando-se à prévia autorização do órgão responsável pela administração da unidade, às condições e restrições por este estabelecidas e àquelas previstas em regulamento.*

Na Floresta Nacional do Tapajós a pesquisa científica é permitida, por ano em média 75 estudos científicos são realizados na unidade. De 2011 a 2014, segundo dados do Sistema de Autorização e Informação em Biodiversidade foram feitas 305 investigações científicas na unidade, tornando assim a Flona Tapajós a 4º unidade de conservação com o maior número de pesquisas do território nacional, atrás apenas de três Parques Nacionais localizados na região sudeste. Contando em números absolutos a Flona Tapajós recebe praticamente o dobro de pesquisa da segunda UC da região norte que figura no gráfico, o Parque Nacional Viruá em Roraima.



Gráfico 1- Número de pesquisas autorizadas pelo Sisbio nas 20 unidades de conservação que mais recebem estudos. Fonte: Sisbio, 2014

Sobre as pesquisadas realizadas na Flona Tapajós muitas delas são chanceladas por empresas e institutos federais como a Embrapa(que produz experimentos na Flona desde a década de 1970) e o Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia (Inpa), além dos estudos recomendados do Ministério do Meio Ambiente para os órgãos gestores da unidade em diferentes épocas (IBDF, Ibama e ICMBio).

O ICMBio-Santarém já promoveu com o apoio da Universidade Federal do Oeste do Pará(Ufopa) dois seminários de pesquisas científicas da Floresta Nacional do Tapajós. Esses seminários ocorreram devido ao grande número produções acadêmicas na Flona, consolidando assim a Flona junto à comunidade científica como a principal unidade de conservação da Amazônia.

Logo na primeira edição do seminário realizado em 2011, o evento contou com palestras e apresentações de mais 20 pesquisas voltadas a ecologia e ao manejo. Já na a segunda edição organizada em 2014 o encontro teve como temática os “40 anos da Floresta Nacional do Tapajós: gestão, ciência e desenvolvimento comunitário”, o objetivo do seminário foi criar um espaço diálogo entre os trabalhos desenvolvidos na unidade com os autores da Flona (instituições governamentais, pesquisadores, estudantes, sociedade civil organizada e população tradicional). Segundo o agente chefe da Flona Tapajós Fábio Carvalho o “encontro de 2014 serviu como uma grande oportunidade para dialogar com os pesquisadores, sendo que os seus estudos ajudam na gestão da UC”. Para a reitora da Ufopa professora doutora Raimunda Monteiro o seminário serviu para mostrar que “a Floresta Nacional do Tapajós tem dado a maior contribuição para a gestão de florestas públicas do país pela forma como faz a relação floresta-comunidade e é uma referência para a Amazônia. Quanto mais uso, com bases científicas seguras, maior é a probabilidade de sustentabilidade de uma UC. A Floresta vem demonstrando isso²⁰”.

Nesta segunda edição houve ainda palestras sobre os desenvolvimentos socioeconômicos em florestas tropicais, potenciais e perspectivas do uso madeireiro e não madeireiro da Flona Tapajós e os aspectos legais de legislação da caça de subsistência, além das pesquisas realizadas (cerca de 32) voltadas aos aspectos do manejo, ecológicos e sociais.

²⁰ <http://www.icmbio.gov.br/portal/comunicacao/noticias/4-destaques/5223-floresta-do-tapajos-melhora-gestao-com-pesquisa.html> acesso no dia 02/04/2016



Santarém (PA), 20 e 21
de novembro de 2014

2º Seminário de
Pesquisa Científica da
Floresta Nacional do Tapajós



Figura 5 - 2º Seminário de Pesquisa Científica da Floresta Nacional do Tapajós. Fonte: ICMBio, 2014

O 3º Seminário de Pesquisa Científica da Floresta Nacional do Tapajós tem previsão de realização para o segundo semestre de 2017 e a expectativa que o número de pesquisas apresentadas passe de 40, segundo o coordenador de Pesquisas Científicas do ICMBio-Santarém Dárlison Andrade.

3.2.5. Segundo o SNUC artigo 17 § 5º:

- *A Floresta Nacional disporá de um Conselho Consultivo, presidido pelo órgão responsável por sua administração e constituído por representantes de órgãos públicos, de organizações da sociedade civil e, quando for o caso, das populações tradicionais residentes.*

O embrião do conselho consultivo surgiu na Flona em 1980 através do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Santarém (STR/STM), nesse primeiro momento o STR/STM orientava as comunidades residentes a agir e procurar os seus direitos junto ao Estado. Em abril de 1992 a Prefeitura de Santarém editou um decreto criando um grupo denominado

“Grupo de Estudos da Floresta Nacional do Tapajós”, o grupo integrava representantes das comunidades locais, do STR/STM, dos Poderes Executivo e Legislativo, do Ibama, do Incra, da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER), da Embrapa, do PSA e da Faculdade de Ciências Agrárias do Pará (FCAP). O grupo visava cooperação e auxílio dos diversos órgãos aos interesses sociais e naturais da Flona Tapajós.

Em 1994, as comunidades locais se reuniram em pequenos grupos criando as associações intercomunitárias entre elas AITA, ASMIPRUT e APRUSANTA, todas as associações possuíam interesses próximos, apenas questões geográficas as separavam (comunidades ribeirinhas ao sul e ao norte e comunidades no planalto).

O surgimento dessas associações, concomitante a emancipação do município de Belterra fez o Grupo de Estudos criado em 1992 sofrer alguns ajustes ao longo da década de 1990. Houve a mudança de nome passando a chamar Grupo de Trabalho da Flona do Tapajós e o número de membros aumentou, além das associações intercomunitárias, o Grupo de Defesa da Amazônia (GDA), a Comissão Pastoral da Terra (CPT), a Secretaria de Meio Ambiente e Divisão de Turismo de Santarém e o Conselho Comunitário de Belterra entraram para o grupo.

Depois da criação do SNUC, o Grupo de Estudos passou de um decreto da Prefeitura de Santarém para um conselho consultivo administrado pelo Ibama/ICMBio juntamente com os agentes e órgãos que possuem o interesses diretos e indiretos com a Flona Tapajós. Hoje o conselho consultivo da Flona Tapajós existe, possui reuniões periódicas que ocorrem geralmente na unidade e trata dos assuntos de importância dos comunitários e da Flona.

Por coincidência, durante o trabalho de campo desta pesquisa na Flona Tapajós houve a realização da assembléia ordinária do conselho deliberativo (que serviu também como reunião do conselho consultivo) convocada pela Federação das Organizações e Comunidades Tradicionais da Floresta Nacional do Tapajós (Federação) e fomos convidados pelo presidente da Federação Orivaldo Neves a acompanhar o evento como ouvintes. A assembléia ocorreu dentro Flona na comunidade de Piquiatuba e teve caráter consultivo com a autorização do ICMBio. Representantes das comunidades tradicionais da Flona Tapajós, Coomflona, Incra, Secretaria de Saúde de Belterra, das Centrais Elétricas do Pará (Celpa) além do diretor chefe da Flona Tapajós do ICMBio compareceram na reunião.



Figura 6- Comunitário local expondo sua opinião na assembléia ordinária do conselho deliberativo em Piquiatuba. (Pedro Carvalho: Autor, 2013)

Na reunião o principal assunto desenvolvido era sobre a chegada da energia elétrica nas comunidades tradicionais que ainda não possuem. Durante a assembléia o representante da Celpa enviado diretamente da capital do estado do Pará se pronunciou dizendo que pouco sabia sobre as condições das comunidades locais, em seu comunicado disse apenas que a Celpa estaria estudando as melhores condições físicas para a implantação de postes dentro da Flona Tapajós. Outros assuntos colocados na assembléia foram o fechamento noturno da portaria da Flona do quilômetro 72 da BR 163 e a medição de lotes nas comunidades de Paraíso e Itapuama. Dos 35 conselheiros que representam as 25 comunidades (existem comunidades que possuem mais de um conselheiro) 14 conselheiros estavam presentes na assembléia ordinária.

Todos os assuntos tratados tiveram por parte dos moradores presentes um grande interesse em compreender o que era decidido, por diversas vezes moradores pediram a palavra com intuito de questionar as decisões apresentadas e propor melhorias para a sua comunidade. No fim a assembléia terminou de forma pacífica através de grande almoço servido de cortesia

pelos moradores da comunidade de Piquiatuba, as questões sobre a energia elétrica, fechamento da portaria do quilômetro 72 e medição de lotes ficaram em aberto para a reunião conseguinte.

3.2.6. Segundo o SNUC artigo 17 § 6º:

- *A unidade desta categoria, quando criada pelo Estado ou Município, será denominada, respectivamente, Floresta Estadual e Floresta Municipal.*

A Floresta Nacional do Tapajós teve sua criação pelo Decreto Federal nº 73.684 de 19 de fevereiro de 1974, sendo desde então reconhecida como unidade de conservação pertencente à União.

4 . A Floresta Nacional do Tapajós e o ICMBio

O ICMBio é criado pela Lei Nº 11.516, de 28 de Agosto de 2007, sua criação teve como objetivo dar foco à gestão de Unidades de Conservação federais e à conservação da biodiversidade existente nesses territórios protegidos por lei. Antes estes dois tópicos ficavam a cargo Ibama, no entanto a fiscalização e licenciamento ambiental federal absorviam consideravelmente os investimentos de pessoal e financeiro, ficando a gestão de Unidades de Conservação e a conservação da biodiversidade em importância. Através da criação da Lei no Artigo 1º o ICMBio passa a ter autonomia administrativa e financeira para:

- *executar ações da política nacional de unidades de conservação da natureza, referentes às atribuições federais relativas à proposição, implantação, gestão, proteção, fiscalização e monitoramento das unidades de conservação instituídas pela União;*
- *executar as políticas relativas ao uso sustentável dos recursos naturais renováveis e ao apoio ao extrativismo e às populações tradicionais nas unidades de conservação de uso sustentável instituídas pela União;*
- *fomentar e executar programas de pesquisa, proteção, preservação e conservação da biodiversidade e de educação ambiental;*
- *exercer o poder de polícia ambiental para a proteção das unidades de conservação instituídas pela União; e*
- *promover e executar, em articulação com os demais órgãos e entidades envolvidos, programas recreacionais, de uso público e de ecoturismo nas unidades de conservação, onde estas atividades sejam permitidas.*

E o IBAMA órgão gestor das unidades de conservação federais por cerca de dezoito anos de 1989 a 2007, possui hoje tais funções conforme o Artigo 5º:

- *exercer o poder de polícia ambiental*

- *executar ações das políticas nacionais de meio ambiente, referentes às atribuições federais, relativas ao licenciamento ambiental, ao controle da qualidade ambiental, à autorização de uso dos recursos naturais e à fiscalização, monitoramento e controle ambiental, observadas as diretrizes emanadas do Ministério do Meio Ambiente;*
- *executar as ações supletivas de competência da União, de conformidade com a legislação ambiental vigente.*

Portanto, desde a criação do ICMBio, ambas autarquias (ICMBio e Ibama) atuam em frentes distintas das políticas ambientais. De modo geral simplificado cabe hoje ao ICMBio a preservação de áreas e o fomento a pesquisa e ao Ibama a fiscalização ambiental.

Mesmo judicialmente claro, as funções de cada órgão causou um período dúvidas entre os agentes da Flona Tapajós e os moradores locais, dúvidas essas que através do tempo cessaram à medida que as mudanças gestoras ocorreram. Hoje os agentes e os moradores diferem as gestões do Ibama e do ICMBio dentro da Flona Tapajós como veremos no próximos sub-capítulos.

4.1 As principais modificações gestoras ocorridas com a transição do Ibama para o ICMBio dentro da Floresta Nacional do Tapajós.

Houve mudanças? Quais mudanças? Para entender melhor essas modificações entrevistamos agentes, moradores e pesquisamos dados para esclarecer melhor o que ocorreu nessa transição entre o Ibama e o ICMBio.

4.1.1.Visão dos Agentes sobre a administração da Flona Tapajós

Desde o implemento do ICMBio como órgão administrador houve diversas mudanças gestoras dentro da Flona Tapajós nos últimos anos. Através de três organizações distintas (Federação, Coomflona e Programa Saúde e Alegria) que atuam em setores díspares da Flona

perguntamos e ouvimos opiniões sobre as transformações de gerenciamento ocorridas na Flona com o advento do ICMBio.

No intuito de uma melhor compreensão das modificações administrativas ocorridas na Flona, e o que elas acarretaram no âmbito social e econômico para a mesma, perguntamos questões de interesse coletivo homogêneas para cada uma dessas instituições e em seguida perguntamos dados específicos conforme o modo que cada organização atua dentro da Flona.

As perguntas foram feitas para cada um desses representantes:

Orivaldo Neves, presidente da Federação das Organizações e Comunidades Tradicionais da Floresta Nacional do Tapajós, essa associação intercomunitária das comunidades locais possui o interesse junto a Flona para a melhoria da condição social dos moradores locais.

Renato Bezerra da Silva Ribeiro, engenheiro florestal e coordenador da Comfloona, a Cooperativa Mista da Flona Tapajós que utiliza de manejo florestal sustentável dentro da Flona Tapajós e que emprega aproximadamente 210 cooperados residentes de 21 comunidades da Flona.

Carlos Dombroski, técnico organizacional do Programa Saúde e Alegria, ONG que atua na região de Santarém e que auxilia o desenvolvimento comunitário integrado e sustentável das comunidades com a inclusão da população em programas humanitários.

As perguntas realizadas tiveram como objetivo entender a relação do órgão com a Flona e o seu entendimento com as autarquias federais com o passar dos anos (Ibama/ICMBio). As questões levantadas foram:

1) Como a sua organização ajuda as comunidades tradicionais da Flona Tapajós?

2) Como era a relação da sua organização com o Ibama?

3) Como é a relação da sua organização com o ICMBio?

4) O que mudou na sua organização com a chegada do ICMBio?

A primeira questão colocada tinha como intuito entender a relação das organizações com os moradores da Flona Tapajós as respostas foram as seguintes:

Segundo Orivaldo Neves: “*A Federação é o órgão que ajuda os comunitários da Flona, é ela que pede junto aos órgãos públicos toda ajuda estrutural necessária, através de nossas assembleias procuramos ver quais dificuldades cada comunidade possui desde transporte, saneamento básico, luz elétrica e comércio. Graças a nós a voz dos comunitários são ouvidas e repassadas para os poderes municipais, estaduais e federais e ao ministério público.*”

Para Renato Bezerra da Silva Ribeiro: “*A cooperativa já investiu mais de 300 mil reais nas comunidades com infraestrutura de acesso e todo ano repassa 15% das suas sobras para as comunidades envolvidas. Ao todo são 25 comunidades beneficiadas com a cooperativa.*”

E Carlos Dombroski afirma que: “*Trabalhamos a gestão comunitária e damos suporte técnico e estrutural. Na questão técnica ajudamos nas criações das associações de moradores e no resgate do auto reconhecimento da cultura indígena nas comunidades de Piquiatuba, Bragança e Taquara. O nosso suporte na parte estrutural vem com o auxílio na criação de poços, saneamento básico e saúde comunitária, fazemos mutirões com dentistas e médicos periodicamente dentro da Flona, além das campanhas de vacinação.*”

Percebemos visões singulares em cada agente em relação a sua instituição com a Flona. Na parte social vemos uma maior preocupação da Federação e da PSA em relação suporte dado aos comunitários. Economicamente dentre as três corporações observamos a Coomflona a agente que possui mais recursos para ajudar as comunidades.

Já segundo os relatos na parte de infraestrutura as três organizações estão preocupadas com a Flona e cada uma tenta auxiliar de alguma forma, sendo que a Federação busca ajuda de órgãos externos, a Coomflona financia repassando parte de sua verba anual e o PSA patrocina algumas obras.

A segunda pergunta posta visava entender relação das entidades com o Ibama, órgão que administrou a Flona de 1989 a 2007.

Orivaldo Neves relembra que: “Por muitos anos o Ibama atrapalhou o desenvolvimento das comunidades e patrulhava de modo invasivo a vida dos comunitários. A relação melhorou bastante depois da criação do SNUC, nos últimos anos a relação tornou-se amigável para a maioria das comunidades.”

Renato Bezerra da Silva Ribeiro vê que: “O Ibama ajudou muito na construção da cooperativa por meio do Promanejo e hoje temos uma boa relação com eles. O que atrapalha um pouco é a demora na análise dos planos de operacionais anuais da cooperativa, que muitas vezes atrasam o andamento de nossas atividades de colheita.”

E Carlos Dombroski recorda que: “Juntamente com o Ibama ajudamos a criar o conselho consultivo da Flona, nosso convívio sempre foi algo pacífico. O Ibama nos auxiliou no incentivo das organizações comunitárias. Hoje fora da Flona a parceria continua em comunidades carentes de Belterra , Aveiro, Santarém e na região oeste do Pará.”

Varia a visão dos órgãos em relação ao convívio passado com o Ibama, numa visão de dentro colocada pelo representante da Federação o Ibama em terminada época agia de forma pouco transigente, policiando muito as relações culturais e econômicas dos comunitários. Para a Coomflona onde existe um relação interna e externa dentro e fora da Flona com o Ibama as principais dificuldades foram e são em relação a burocracia dos planos de manejo florestal. E na visão do PSA organização externa que entra na Flona o Ibama foi e é um parceiro sem qualquer crítica de juízo de valor.

O Ibama, por mais que consiga realizar mudanças em sua estrutura gerencial e em seus procedimentos administrativos, estas jamais serão no grau e profundidade esperadas, devido às dezenas de atribuições que possui também de grande importância para a Nação, que fará com que continue a não poder responder adequadamente às solicitações exigências impostas pelo setor de conservação da natureza, por este se distinguir profundamente dos demais que hoje compõem Órgão e que lhe imprimem força e substância (BRITO, 2003, p. 74)

Essas dezenas de atribuições colocadas por Brito diminuíram com a criação do ICMBio, no entanto ainda existem muitas atribuições que tornam o órgão em muitos sentidos lento, como a demora da análise de documentos, critica essa que o representante da Coomflona colocou acima a ser questionado sobre a relação da sua cooperativa com o Ibama.

A terceira questão indagava como é o relacionamento do órgão com o ICMBio.

Na visão de Orivaldo Neves: “*O relacionamento da Federação com o ICMBio é muito bom, conseguimos ter um grande diálogo e ambas as partes são ouvidas e cobradas, a cada reunião do conselho consultivo o ICMBio colabora dando todo o suporte para uma melhoria geral dos comunitários.*”

Para a Coomflona segundo Renato Bezerra da Silva: “*Desde que foi criado o ICMBio tem sido uma grande parceira da cooperativa e a atual chefia do ICMBio é um incentivador para que a Coomflona cresça e expanda seu modelo de gestão para outras Unidades de Conservação. A Coomflona ajuda na gestão do ICMBio.*”

E Carlos Dombroski entende que: “*A coisa agilizou, podemos dizer que descentralizou, vemos uma relação direta do PSA com o ICMBio, não só na Flona Tapajós em todas as outras unidades de conservação que trabalhamos aqui na região a criação do ICMBio deixou as nossas relações menos burocratizadas com maior fluidez*”

Entre os três agentes existe um consenso que o relacionamento com o ICMBio de certo modo é benéfico para os interesses de suas instituições, na visão de todos o auxílio é mútuo, porque para essas instituições o ICMBio necessita deles como parceiros para um melhor desenvolvimento da Flona Tapajós.

E a quarta dúvida colocada era sobre o que mudou na sua instituição com a chegada do ICMBio.

Orivaldo Neves acha que: “*Houve melhorias, o ICMBio simplificou a relação com Ministério do Meio Ambiente, com os comunitários e com a Federação. Junto ao ICMBio temos um canal direto com o governo federal, o apoio aumentou e a burocracia diminuiu, ainda temos muito que melhorar, falta muita coisa aqui para as comunidades, mas o ICMBio nos ajuda.*”

Renato Bezerra da Silva Riberiro comprehende que: “*A aproximação com governo melhorou, pois na época que era somente o Ibama, as coisas demoravam demais para serem resolvidas e existe uma presença mais efetiva deste instituto dentro da Unidade.*”

E Carlos Dombroski enxerga que: “*Hoje a PSA consegue trabalhar melhor dentro da Flona Tapajós, nosso suporte técnico e estrutural nas comunidades, com o ICMBio nossas parcerias com os locais, as comunidades indígenas e com a Coomflona aumentaram. Infelizmente tivemos dificuldade com a coordenadoria anterior do ICMBio porque pra nós ela não andava muito, mas com essa nova coordenadoria só tivemos coisas boas.*”

Nessa quarta questão pareceram críticas a gestões anteriores do Ibama e do próprio ICMBio, críticas essas de caráter organizacional. No entendimento de todos a maior presença do ICMBio como órgão fiscalizador federal dentro da unidade aumentou, com esse aumento houve melhora em todos os níveis de interação desde as comunidades, a parte econômica e as instituições federais. A burocratização abrandou e as instituições começaram a ter maior diálogo.

4.1.2 Visão dos Moradores

E na visão dos comunitários o que mudou com a entrada do ICMBio substituindo o Ibama como órgão gestor da Flona do Tapajós? Na opinião de alguns comunitários ouvidos e analisando o Diagnóstico Rural Participativo das Comunidades da Floresta Nacional do Tapajós(DRP) onde diversos trechos de entrevistas são transcritos chegamos a inúmeros pontos vista sobre o Ibama e o ICMBio. Tanto na entrevista in loco como nas considerações colocadas no DRP os moradores expressaram suas visões partindo daquilo do que vivem ou viveram na Flona Tapajós.

Muitas vezes os moradores ainda têm dificuldades em diferir entre a gestão dos dois órgãos “*O Ibama já foi ruim e hoje é parceiro que está dando certo, agora é esse tal de ICMBio? É parceira também!*”(Serafim Nogueira Mota, morador da comunidade do Paraíso). Já outros diferem bem, como morador da comunidade de Acaratinga Donildo Santos “*O Ibama autorizava vender os peixes para os vizinhos quando sobrava e o ICMBio conversa mais dizendo o que é certo é o que é errado*”.

No geral os comunitários possuem opiniões estruturadas sobre os órgãos pelo seu convívio contínuo, sendo que algumas situações onde houve falta de diálogo são lembradas, “*O Ibama quer controlar os comunitários e usam linguagem difícil para dificultar o entendimento. Às vezes concordam sem saber direito do que se tratou*” (Morador de Jaguarari - Diagnóstico Participativo das Comunidades 2004, p 27). Outra situação onde houve falta de diálogo é relatada pelo professor Heuder Pires ²¹ em 2011 na guarita da entrada do km 72 da Flona, um guarda que fazia plantão no local sacou a arma e apontou para sua cabeça, a atitude do guarda ocorreu ao ser questionado sobre a tarifa cobrada na entrada da Flona Tapajós, segundo Heuder Pires. A taxa para adentrar a Flona começou a ser realizada pelo ICMBio naquele mesmo ano de 2011. Tal situação contada pelo visitante foi vista pelo ICMBio como

²¹ <http://www.blogdoronilson.com/2011/11/icmbio-pratica-cobranca-abusiva-na.html> site visitado em 15/05/2013

lamentável por parte do guarda, no entanto o ICMBio ressaltou na época que a cobrança de entrada foi feita de maneira legal, pois o indivíduo não era morador da Flona.

Continuando a questão de fiscalização o Ibama era visto por possuir dificuldades em lidar com os comunitários:

Na opinião dos moradores o Ibama limita cada vez mais as áreas de roçados e as famílias ficam prejudicadas. Além disso, a cada ano aumenta o número de leis. Precisam de autorização para fazer a própria casa, a canoa, para utilizar árvores caídas, tirar palha, etc. Acham que não deveriam precisar de tantas licenças (Comunitário da Flona Tapajós²²).

O Ibama é visto como um fiscal que deve trabalhar na proteção da natureza, junto com as comunidades. É o órgão fiscalizador, mas não é o dono da floresta. Moradores também são donos. Dizem que os fiscais não sabem conversar, abusam da autoridade (Comunitário da Flona Tapajós²³).

Praticamente, o Ibama possuía dificuldades em ambas as frentes tanto na resoluções burocráticas como no lidar com os comunitários isso pode ser explicado pelo inchaço que o Ibama tinha devido as suas inúmeras atribuições, muitas dessas atribuições foram transferidas para o ICMBio.

“O ICMBio conversa, a gente tava lá na comunidade e o pessoal veio falar o que estava acontecendo e o que mudaria daqui pra frente, praticamente não mudou muita coisa, mas eles se preocupam com a comunidade e ouve tudo o que a gente fala e através das associações intercomunitárias que o ICMBio apóia vamos conseguir melhorar toda a Flona²⁴. ” (Manuel Sousa conhecido com Faca da comunidade de Pini).

Nessa quase primeira década o ICMBio conta ainda com poucas críticas em relação ao seu comando junto a Flona se comparado aos anos de controle do Ibama. Provavelmente isso ocorre pelo direcionamento mais específico dado ao órgão. Relembrando também que o Ibama esteve como órgão gestor por 18 anos e durante esse período houve mudanças significativas na legislação ambiental, como lei que legalizou o direito da permanência dos povos tradicionais que habitam a Flona em 1994 e a criação do Snuc em 2000.

²² Informação citada em Uma visão da Floresta Nacional do Tapajós - Diagnóstico Rural Participativo 2004, p 79

²³ Informação citada em Uma visão da Floresta Nacional do Tapajós - Diagnóstico Rural Participativo 2004, p.78

²⁴ Informação verbal dada durante a reunião assembleia ordinária do conselho deliberativo em Piquiatuba em 21/02/2013

4.1.3 Modificações Estruturais ocorridas entre as gestões do Ibama para o ICMBio na Floresta Nacional do Tapajós

Hoje quase 10 anos depois da mudança de gestão, já são visíveis algumas diferenças gestoras entre o ICMBio e o Ibama, principalmente nessas frentes dentro da Flona Tapajós:

- * Número de funcionários e estrutura gerencial
- * Condição de Trabalho dos funcionários que atuam na sede e os funcionários terceirizados
- * Pesquisa científica
- * Regularização Fundiária
- * Desmatamento

4.1.3.1 Número de Funcionários e Estrutura Gerencial

O número de funcionários aumentou eram 15 funcionários²⁵ em 2004 para 24 funcionários em 2013. As coordenadorias no Ibama eram: monitoramento controle e fiscalização; planejamento e sustentabilidade; projeto manejo florestal e pesquisa. Já as coordenadorias do ICMBio são gestão socioambiental, pesquisa científica, proteção, de uso público²⁶.

4.1.3.2 Condição de Trabalho dos funcionários que atuam na sede e os funcionários terceirizados

A nova sede da administrativa da Flona Tapajós terminou de ser construída no fim de 2013 em Santarém aumentando sua área em mais 40m² melhorando o trabalho dos funcionários e atendimento ao público, a sede anterior encontrava-se no mesmo prédio que a sede do Ibama e junto as sedes de administração das outras unidades de conservação da região, além da parte da estrutura física a melhora veio também aumento do número de funcionários facilitando funções administrativas. Já os funcionários terceirizados que trabalham como seguranças nas entradas da Flona Tapajós ganharam alojamentos próprios ao lado das cancelas de entradas, na administração do Ibama esses alojamentos não existiam, no lugar esses ficavam em pequenos toldos que serviam de guaritas.

²⁵ Segundo o Plano de Manejo de 2004.

²⁶ Informação obtida no site: <http://www.icmbio.gov.br/flonatapajos/quem-somos/estrutura-organizacional.html> acesso 22/05/2013



Figura 7 - Pequeno toldo que servia como guarita, hoje é apenas um deposito de telhas. (Pedro Carvalho: Autor, 2013)



Figura 8 - Casa que serve como alojamento e guarita para os guardas na entrada da Flona Tapajós (Pedro Carvalho, Autor: 2013)

4.1.3.3 Pesquisa Científica

Número de Pesquisas feitas na Flona Tapajós com a chancela do Ibama entre 1989 a 2004 são cerca de 600 títulos publicados²⁷. Já com o ICMBio entre os anos de 2011 a 2014 foram realizados 305 estudos científicos dentro da Flona Tapajós²⁸. Esse aumento de estudos deve-se ao crescimento de pesquisas científicas realizadas no Brasil nos últimos anos juntamente com a maior facilidade na obtenção de dados, e também a diretriz do SNUC (a partir de 2000) que fomenta a pesquisa nas Florestas Nacionais.

4.1.3.4 Regularização Fundiária

Segundo Soares Neto (2005) O grande conflito enfrentado pelo Ibama dentro da Flona Tapajós durante sua gestão foi a regularização fundiária, inúmeros processos foram abertos e repassados para o Ibama, essa regularização fundiária muitas vezes pedia o desligamento da área de dentro da Flona, durante o período de gestão do Ibama não houve nenhum desligamento de áreas. Esses desligamentos de áreas ocorreram apenas em 2012 e as comunidades São Jorge, Santa Clara, Nova Vida e Nossa Senhora do Nazaré e do município de Aveiro só se tornaram separadas da Flona na gestão ICMBio. Hoje o ICMBio sofre ainda com a regularização fundiária de lotes dos comunitários, no entanto o pedido de desligamento de áreas de dentro da Flona não é mais um assunto pautado.

4.1.3.5 Desmatamento

Na pesquisa de Cohenca (2007) recomendada pelo Ibama, entre 1997 a 2004 houve um desmatamento dentro da Flona de em média 607ha/ano. Já segundo Fábio Carvalho agente chefe do ICMBio para a Flona Tapajós o desmatamento ocorrido entre 2013 a 2015 dentro da Flona foi de 0ha(zero hectare) através do monitoramento de imagens de satélite.

²⁷ Plano de Manejo (2004)

²⁸ Fonte: ICMBio Santarém

4.2 A vida dos comunitários e as suas relações sociais e econômicas com a Flona Tapajós

Durante o trabalho de campo três comunidades da Flona Tapajós foram visitadas, Piquiatuba, Chibé e Maguari, cada comunidade possui aspectos únicos e sua relação com agentes externos estão de acordo com todo o contexto pelo qual seus moradores vivem.

Os territórios das comunidades rurais e agroflorestais (...) possuem organização social e política específica, e padrões de modo geral explicita e deliberadamente voltados para usos sustentáveis dos recursos naturais . O regime de propriedade, de modo geral, é o da cooperativa ou comunitário baseado na cessão especial de terras pelo poder publico ou da posse ancestral das mesmas. (COSTA 2004. p.257)

4.2.1 Comunidade de Piquiatuba

Piquiatuba é a maior comunidade da Flona do Tapajós, estima-se mais de 100 famílias vivendo na localidade com a população próxima de 500 pessoas, historicamente existem registros de moradores na comunidade desde 1912²⁹ e a igreja da comunidade de Piquiatuba foi fundada 1955, a comunidade hoje é dividida em cinco núcleos habitacionais, Vila, Brejo, Banco, Leal e Vai-quem-quer.

A visita de campo a comunidade de Piquiatuba aconteceu no mesmo dia que a comunidade estava sediando no centro comunitário a assembléia ordinária do conselho deliberativo convocada pela Federação das Organizações e Comunidades Tradicionais da Floresta Nacional do Tapajós (Federação). Além dos representantes das comunidades e dos agentes dos órgãos que compõe o conselho deliberativo da Flona, a assembléia contou com muitos comunitários de Piquiatuba que estavam lá acompanhando todo o processo com interesse. Ao término da assembléia os moradores de Piquiatuba ofereceram um almoço de confraternização a todos os participantes da assembléia.

Na comunidade de Piquiatuba a maioria das casas são de alvenaria, poucas casas ainda são feitas de madeira, na Vila, núcleo onde ocorreu a assembléia havia muitas crianças brincando no entorno, já representatividade feminina nos arredores do centro comunitário era escassa. Isso é explicado porque Piquiatuba possui uma população predominantemente masculina, sendo que muitas das mulheres da comunidade quando chegam à adolescência

²⁹ Segundo Relatos transcritos por Freire (2001, p.48) já existiam comerciantes de gado filhos de portugueses na região de Piquiatuba em 1912.

saem da Flona para terminar os estudos. Segundo um morador local “A vida aqui é muito dura e pesada para as mulheres, melhor elas irem pra Belterra estudar”.



Figura 9- Centro Comunitário de Piquiatuba. (Pedro Carvalho: Autor, 2013)

As mulheres que optam em permanecer na comunidade têm a escolha de participar do Grupo de Mulheres, grupo comunitário criado em 1989 com incentivo do PSA que ajuda na afirmação da população feminina através do auxílio da produção da farinha de mandioca e cultivo de verduras. O Grupo das Mulheres é hoje responsável pela principal cultura da comunidade, a mandioca. A mandioca produzida na comunidade serve tanto para subsistência quanto para comercializar, os principais compradores da cultura são mercados de Santarém e Alter do Chão.

A produção de farinha de mandioca – a “farinhada” – é de responsabilidade da mulher. No entanto, constitui um evento social familiar. Dela participam todos os membros do grupo doméstico e, geralmente, é planejada com antecipação. As crianças ajudam a descascar as mandiocas; os homens participam dos trabalhos mais pesados. Como carregar sacos de mandioca para a casa de farinha e cevar as raízes; as mulheres alternam-se para espremer a massa e torrar a farinha em fornos de lenha e os mais velhos ficam sentados em tocos de paus contando histórias e fatos antigos. (FREIRE 2001 , p. 80)

Outro aspecto visível na comunidade de Piquiatuba é infraestrutura já criada, além do Grupo das Mulheres, existe a associação comunitária que se reúne uma vez por semana no centro comunitário, para as crianças e adultos existe uma escola com de ensino fundamental I. O núcleo de a Vila em Piquiatuba conta também com a rádio jornalística comunitária Piquiá-Piquiatuba criada com o apoio do PSA, além do Telecentro que oferece aos moradores televisões e acesso a internet. Ambas as estruturas foram visitadas no trabalho de campo.

4.2.2 Comunidade do Chibé

A segunda comunidade visitada a convite do ICMBio foi a comunidade do Chibé. Diferentemente das outras comunidades, a comunidade do Chibé não se encontra as margens do Rio Tapajós, ela se encontra na região centro-oeste da Flona Tapajós, a região de sua localidade é conhecida como “Planalto”. Outro aspecto relevante sobre a comunidade do Chibé é sua origem recente, a comunidade é a mais nova da Flona, sua fundação é do ano de 2001, seus moradores originam-se das cidades vizinhas (Aveiro, Belterra e Santarém) e das comunidades ribeirinhas da Flona. Seus comunitários definem-se como agricultores e evangélicos (única comunidade com maioria protestante dentro da Flona).

Segundo dados do Censo Populacional do ProManejo/Ibama de 2007, o Chibé é a comunidade com o menor número de alfabetizados, apenas 28,33% de seus moradores são alfabetizados. Sua população é predominantemente masculina com cerca de 56,52% dos comunitários.

A comunidade do Chibé é basicamente constituída da economia de subsistência, através de pequenas lavouras, criação de galinhas e animais de pequeno porte. Não existe nenhuma estrutura turística na comunidade.

Na visita a comunidade do Chibé fomos convidados pelos moradores locais e pelo representante do ICMBio a participar da reunião entre o órgão e os moradores como ouvinte. As questões levantadas durante a reunião foram em relação à medição dos lotes de terra de cada família, a documentação dos lotes, a construção de casas, transporte dos comunitários e a falta de energia elétrica dentro da comunidade. O primeiro impasse na reunião surgiu quando um dos moradores presentes reclamou que uma outra família do Chibé estava invadindo seu terreno, além disso ele criticou outras famílias que acabam não respeitando o tamanho de suas terras e invadem as áreas dos vizinhos. Para diminuir o impasse o morador sugeriu ao

ICMBio que medissem os lotes e dessem a eles documentos que comprovassem que aqueles lotes são deles.



Figura 10 - Reunião entre os Moradores do Chibé e o agente do ICMBio. (Pedro Carvalho: Autor, 2013)

O segundo ponto discutido na reunião foi em relação à construção de casas, na comunidade do Chibé grande parte de suas casas são feitas de madeira, os moradores pediam ao ICMBio auxílio financeiro para construção de novas casas ou permissão de pegar retirar a madeira da floresta para construção das casas.

O terceiro tema tratado na reunião foi em relação à infraestrutura do local, devido ao fato da comunidade se encontrar numa região de difícil acesso e longe das margens do Rio Tapajós, o transporte para chegar até a localidade é deficitário, consecutivamente a chegada da energia elétrica também se torna algo trabalhoso. Contestado sobre isso o agente do ICMBio mencionou que os ônibus que entram dentro da Flona Tapajós são linhas privadas e que não cabe ao ICMBio qualquer ajuda, no máximo o incentivo e apoio. Sobre a energia elétrica foi acordado que o ICMBio mandaria novamente um ofício a Celpa pedindo a ligação de poste de luz até a comunidade do Chibé.



Figura 11 - A pequena igreja evangélica e ao fundo o barracão comunitário da vila do Chibé (Pedro Carvalho: Autor, 2013)

Por fim os comunitários se queixaram que são esquecidos tanto pelas associações intercomunitárias da Flona como pelos órgãos municipais, estaduais e federais devido a suas políticas voltadas mais para a subsistência de seus moradores.

4.2.3 Comunidade de Maguari

A última comunidade visitada no trabalho de campo foi à comunidade de Maguari. No norte da Flona as margens do Rio Tapajós, Maguari pode ser considerada a comunidade com maior infraestrutura dentro da Flona, a sede da ASMIPRUT (Associação Intercomunitária de Mini e Pequenos Produtores Rurais e Extrativistas da Margem Direita do Rio Tapajós) localiza-se na comunidade, além de uma pequena fábrica de couro vegetal que possui o apoio do ICMBio, Serviço Florestal Brasileiro (SFB), Coomflona, e da Universidade do Oeste do Pará (Ufopa) . Na comunidade existe mais de 12 mil seringueiras, e a economia local baseia-se em produtos não madeireiros e no turismo com trilhas ecológicas.



Figura 12- Casas na Comunidade de Maguari. (Pedro Carvalho: Autor, 2013)

Observando a comunidade vimos casas construídas de alvenaria e de madeira, na vila central de Maguari existe o barracão comunitário, a igreja, uma escola de ensino fundamental (Nossa Senhora de Perpetuo Socorro), a rádio amadora que serve de via de comunicação entre os comunitários e entre as comunidades entre si.

Na visita a comunidade Maguari era nítido orgulho dos moradores em relação a sua pequena fábrica de couro vegetal e ao turismo ecológico. O couro vegetal produzido na pequena fábrica da comunidade vem do látex das seringueiras, o processo de fabricação do látex passa por uma peneira onde é coado e em seguida levado ao fogo por duas horas, depois disso o produto é jogado sobre um pano de algodão cru enrolado em um cilindro, o procedimento gera uma manta de couro ecológico que pode ser receber diversas cores.



Figura 13- Couro vegetal secando. Fonte: ICMBio, 2014

O couro vegetal que também é conhecido como couro ecológico é utilizado para diversos itens tais como bolsas, sapatos, chinelos e colares. A renda desses objetos comercializados é revertida diretamente para a comunidade.

Na continuidade a visita a comunidade, caminhamos com auxílio de guias (moradores locais) uma trilha de cerca de nove quilômetros conhecida como “Trilha da Vovó Samaúma”, essa trilha que adentra a Flona leva até a maior árvore Samaúma conhecida da unidade, com 62 metros a árvore Samaúma alcunhada pelos moradores locais de “Vovó Samaúma” se encontra numa região da Flona Tapajós conhecida como Serra do Gato e próxima do Bosque Piquiá. Durante o trajeto até a árvore Samaúma os guias mostravam plantas típicas da Flona e suas curiosidades.

Na chegada a gigante árvore Samaúma, o guia Nilson de Souza contou que seu pai ajudou a descobrir essa árvore, pois no passado os comunitários adentravam a floresta para caçar pacas e cotias, e que o nome “Serra do Gato” deve-se às jaguatiricas e onças existentes na região. Hoje segundo ele um grande número de turistas fazem essa trilha para conhecer a “Vovó Samaúma”, turistas oriundos de diversas partes do mundo.

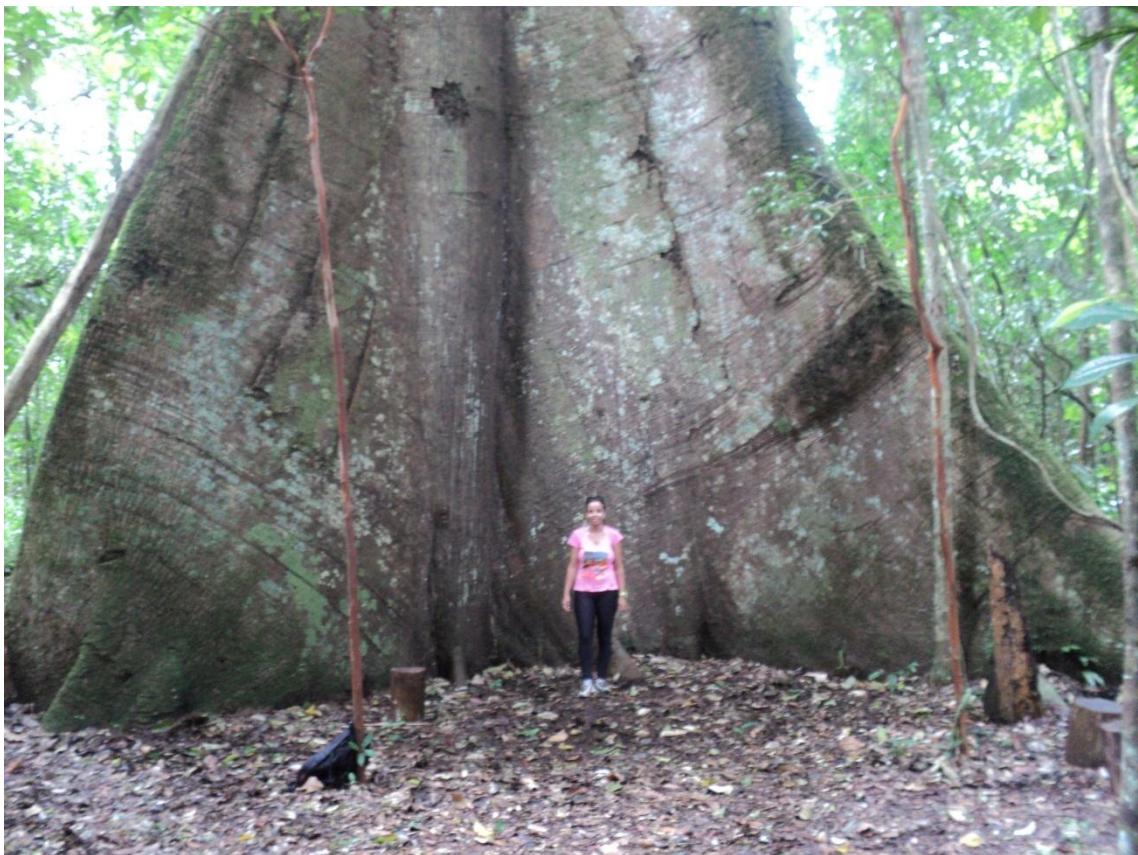


Figura 14- Turista ao lado da “Vovó Samaúma”, a maior árvore conhecida da Flona Tapajós. (Pedro Carvalho: Autor, 2014)

Ao término da visita ficou nítido que é a comunidade de Maguari já possui uma infraestrutura construída entorno de sua cooperativa de couro vegetal e do turismo ecológico. E a maioria dos seus moradores estão vinculados diretamente numa dessas vertentes econômicas.

Considerações Finais

É necessário salientar que toda a pesquisa deste trabalho não buscou construir nenhum juízo de valor sobre qualquer lei, instituição ou pessoas aqui citadas. A pesquisa quis apenas elucidar o microcosmo onde se encontra a Flona Tapajós e sua grandeza geográfica no âmbito local e nacional.

Em relação aos objetivos propostos os resultados obtidos foram atingidos.

De fato a cronologia da criação do SNUC e do ICMBio levantadas mostrou seus vieses nos âmbitos sociais e ambientais, sendo a Flona Tapajós usada na pesquisa algumas vezes como plano de fundo nessa cronologia.

O segundo objetivo referente às diretrizes do SNUC para a Flona Tapajós foi explanado de modo profundo, cada parágrafo das resoluções propostas teve suas elucidações debatidas exemplificadas.

E o último objetivo formulado que ressalta as modificações ocorridas na Flona Tapajós depois da criação do ICMBio foi amplamente discutido, onde se ouviram organizações independentes e moradores locais com variadas opiniões sobre as alterações que o ICMBio trouxe a Flona Tapajós.

Sobre a Floresta Nacional do Tapajós o grande desafio dela nos próximos anos será conseguir aproximar as políticas de proteção ambiental dos seus atores (a população residente e os órgãos) que atuam na Flona Tapajós. Esse desafio no entender dessa pesquisa norteará outras unidades de conservação da região amazônica, devido ao fato que a Flona Tapajós é vista em toda a região norte como exemplo organizacional e de sustentabilidade.

A Floresta Nacional do Tapajós, o objeto deste estudo, possivelmente é uma unidade de conservação que foge a regra se compararmos a outras áreas de proteção ambiental no Brasil. Por sua localização geográfica, sua história e por sua capacidade de geração de renda a Flona Tapajós deve ser vista como exceção. Outras unidades de conservação na região norte inclusive reservas vizinhas a Flona Tapajós não possuem a visibilidade sócio-econômica que a Flona possui hoje.

De fato, ao que parece a Flona Tapajós conquistou status de unidade de excelência nos últimos anos, o ICMBio contribuiu para isso. No entanto a relevância da Flona Tapajós vem

de antes desse período de gestão do ICMBio, sua história vista aqui foi marcada por muitos debates e conquistas.

Cabe agora ao Ministério do Meio Ambiente juntamente com o ICMBio relevar o nível de proteção ambiental e sustentabilidade de outras unidades de conservação no Brasil, inclusive na região amazônica onde o Estado muitas vezes é um sujeito distante de qualquer ação.

Enfim, na bibliografia lida, nas entrevistas e no trabalho de campo realizado compreendemos a Floresta Nacional do Tapajós não apenas como um ordenamento territorial onde seus agentes e atores produzem suas relações, sua compreensão vai além, e se encontra no debate da política social-ambiental brasileira.

Referências Bibliográficas

ARRUDA, R. “Populações tradicionais” e a proteção dos recursos naturais em unidades de conservação. Ambiente e Sociedade, 1999. Disponível em : http://www.usp.br/prolam/ABNT_2011.pdf Acesso em : 10 de fev.2014

BACHA, C.J.C; RODRIGUEZ,L.C.E. Impactos socioeconômicos do projeto Tapajós. In: **Floresta Nacional do Tapajós: Experiências e lições para implementação do manejo florestal em Unidade de Conservação.** 2004. Cap.4, p.93 - 110.

BECKER, B. K. Amazônia- Geopolítica na virada do III Milênio. Rio de Janeiro: Editora Garamond, 2004.

BECKER, B. K. A Geopolítica na Virada do Milênio: logística e desenvolvimento sustentável IN: CASTRO, I E. de, GOMES, P. C da C. e CORRÊA, R. L. (orgs.) Geografia: conceitos e temas. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995

BECKER, B. K. Amazônia. São Paulo: Editora Ática. Série Princípios, 1990.

BESUSAN, N. Conservação da biodiversidade em áreas protegidas. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006

BRASIL. Congresso Nacional. Decreto Legislativo Número 4.421, de 28 de Dezembro de 1921, Crêa o Serviço Florestal do Brasil.

BRASIL. Congresso Nacional. Decreto nº 1.298, de 27 de Outubro de 1994, Aprova o Regulamento das Florestas Nacionais, e dá outras providências.

BRASIL. Congresso Nacional. Lei Nº9,985, de 18 de Julho de 2000, Regulamenta o art, 225, § 1º, incisos I, II, III, IV da Constituição Federal, institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação e dá outras providências.

BRASIL. Congresso Nacional. Lei Nº 11.516 de 27 de Agosto de 2007. Dispõe sobre a criação do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade - Instituto Chico Mendes

BRASIL. Congresso Nacional. Lei nº 12.678 de 25 de Junho 2012, Dispõe sobre alterações nos limites dos Parques Nacionais da Amazônia, dos Campos Amazônicos e

Mapinguari, das Florestas Nacionais de Itaituba I, Itaituba II e do Crepori e da Área de Proteção Ambiental do Tapajós; altera a Lei nº 12.249, de 11 de junho de 2010; e dá outras providências.

BRASIL. Congresso Nacional. Lei N°9.985, de 18 de Julho de 2000, Regulamenta o art, 225, § 1º, incisos I, II, III, IV da Constituição Federal, institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação e dá outras providências.

BRASIL. Presidente da República. Decreto-Lei N° 1.106, de 16 de Junho de 1970, Cria o Programa de Integração Nacional, altera a legislação do impôsto de renda das pessoas jurídicas na parte referente a incentivos fiscais e dá outras providências.

BRASIL/ICMBio. **Resumo de resultados: Floresta Nacional do Tapajós, 2011.**

BRITO, M. C. W. **Unidades de conservação: intenções e resultados.** São Paulo: Annablume: Fapesp, 2^aedição, 2003.

CABRAL, N.R.A.J.; SOUZA, M.P.. **Área de proteção ambiental: planejamento e gestão de paisagens protegidas.** São Carlos: RiMa, 2002.

COELHO, M. C. N; SIMONIAN; L; FENZL. N.(orgs). **Estado e políticas públicas na Amazônia: gestão de recursos naturais.** Belém: Cejup:UFPA-NAEA, 2000.

COHENCA, D. **Evolução anual de desmatamentos na Floresta Nacional do Tapajós de 1997 a 2005.** Simpósio Brasileiro de Sensoriamento Remoto 8. 2007, Florianópolis. Disponível em: http://observatorio.wwf.org.br/site_media/upload/gestao/documentos/npsADF4.tmp.pdf. Acesso em: 14 maio 2014.

COSTA, P. **Unidades de Conservação matéria-prima do ecoturismo.** São Paulo: Aleph, 2002.

COSTA, W. M. **Geografia Política e Geopolítica.** São Paulo: EDUSP, 2013.

COSTA, W. M.; BECKER. B; ALVES. D. (orgs.). **Dimensões humanas da biosfera-atmosfera na Amazônia.** São Paulo: EDUSP, 2004.

COUDREAU, H.A. **Viagem ao Tapajós.** São Paulo: EDUSP, 1977.

DIEGUES, C.(org); **Etnoconservação novos rumos para a proteção da natureza nos trópicos.** São Paulo: Editora Hucitec, 2000.

DIEGUES, C. **O mito moderno da natureza intocada**. São Paulo: HUCITEC, 1994.

FREIRE, R.M. **Sistemas locais de apropriação dos recursos e sua implicações para projetos de manejo comunitário: Um estudo de caso numa comunidade tradicional da Floresta Nacional do Tapajós**. Dissertação (mestrado em Ciências Florestais) Escola superior de Agricultura, Universidade de São Paulo, 2001.

GUERRA, A. J. T; COELHO, M. C .N. (orgs). **Unidades de Conservação – abordagens e características geográficas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2009.

HAESBAERT, R. **Des-territorialização e identidade: A rede gaúcha no nordeste**. Rio de Janeiro: EDUFF, 1997.

HAESBAERT, R. **O mito da desterritorialização: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

IBAMA. **Plano de Manejo da Floresta Nacional do Tapajós**. Santarém, Brasília, 2004.

IBAMA .**Uma visão da Floresta Nacional do Tapajós (PA)**. Relatório sobre o Diagnóstico Rural Participativo (DRP) realizado durante os meses de junho e setembro de 2003. Santarém: ProManejo, 2003.

IBAMA. **Diagnóstico Rural participativo das comunidades**. Belterra:IBAMA-PROMANEJO.2004

IORIS, E. M. **Na trilha do manejo científico da floresta tropical: indústria madeireira e florestas nacionais**. Universidade de Brasília. Departamento de Antropologia. Brasília, Distrito Federal, 2008.

MEGGERS, B. **Amazônia, a ilusão de um paraíso**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1987.

MELLO, N. A. **Políticas Territoriais na Amazônia**. São Paulo: Annablume, 2006.

MELLO, N. A. **Território e Gestão Ambiental na Amazônia – terras públicas e os dilemas do Estado**. São Paulo: Annablume, 2011.

MELLO, N. A. **Território, Meio Ambiente e Gestão: os antagonismos vividos pelo Estado no âmbito das políticas públicas ambientais**. Livre docêncie. São Paulo: EACH-USP, 2008

MORAES, A.C.R. **Meio Ambiente e Ciências humanas.** São Paulo: Annablume, 2005.

MORAES, A.C.R. **Ratzel.** São Paulo: Ática, 1990

MORAES, A.C.R. **Território e História no Brasil.** São Paulo: Annablume, 2005.

PROMANEJO/IBAMA. **Censo Populacional .** MMA/IBAMA/ICMBIO, Santarém, 2007

RAFFESTIN,C. **Por uma geografia do poder.** São Paulo: Ática, 1993.

RATZEL, F. El Territorio, La sociedad y El Estado. Antología de textos, 1986

ROSS, J. L. S. **Ecogeografia do Brasil: subsídios para planejamento.** São Paulo: Oficina de Textos, 2006.

SILVA, F. C. **Parque nacional do Jáu, Unidade de conservação e Patrimônio Natural Mundial na Amazônia Brasileira: A articulação de instrumentos permite melhor opção?** Dissertação (mestrado em Geografia Humana), Departamento de Geografia, Universidade de São Paulo, São Paulo. 2010.

SOARES NETO, Z. **Regularização Fundiária e Populações Tradicionais na Floresta Nacional do Tapajós.** Universidade Luterana do Brasil. Instituto Luterano de Ensino Superior de Santarém, Santarém, 2005.

VALVERDE. R.R.H.F. **Transformação no Conceito de Território: Competição e Mobilidade na Cidade IN:** Geousp – Espaço e Tempo: Revista de Pós-Graduação em Geografia. São Paulo: FFLCH/USP, 2004, N°15.

VENTURI, L.A.B. **Parque Nacional das Emas: Gestão e Degradação,** 1993.139f. Dissertação (mestrado em Geografia Física), Departamento de Geografia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1993.

ZARIN, D; ALAVALAPATI, J; PUTZ, F; SCHMINK, M (orgs). **As florestas produtivas nos neotrópicos-conservação por meio do manejo sustentável?** São Paulo: Peirópolis, Brasília, IEB, 2005.